

UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
IEL – Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Lingüística

***DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA:
A IDENTIFICAÇÃO SOCIAL EM EXPRESSÕES QUE REFEREM O PRESIDENTE
LULA***

Dissertação de Mestrado

Ana Cláudia Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Campinas
Fevereiro de 2004

**DESIGNAÇÃO E REFERÊNCIA:
A IDENTIFICAÇÃO SOCIAL EM EXPRESSÕES QUE REFEREM O
PRESIDENTE LULA**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por *Ana Cláudia Nascimento* e aprovada pela comissão julgadora.

Campinas, 27 de fevereiro de 2004.

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Orientador

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber Silva

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini (supl.)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Lingüística.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL -
Unicamp

N17d

Nascimento, Ana Cláudia.

Designação e Referência: a identificação social em expressão que referem o Presidente Lula / Ana Cláudia Nascimento. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Referência (Linguística). 3. História. 4. Identificação social - Brasil. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Dissertação de Mestrado defendida em 27 de fevereiro de 2004 e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos Profs. Drs.:

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães Iel-Unicamp

Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo Labeurb-Unicamp

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber Silva DL-UFSCar

Suplente: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini Iel-Unicamp

*Onde você vê um obstáculo,
Alguém vê o término da viagem
E o outro vê uma chance de crescer.
Onde você vê um motivo para se irritar, alguém vê a tragédia total
E o outro vê uma prova para sua paciência.
Onde você vê a morte,
Alguém vê o fim
E o outro vê o começo de uma nova etapa...
Onde você vê a fortuna,
Alguém vê a riqueza material
E o outro pode encontrar por trás de tudo a dor e a miséria total.
Onde você vê a teimosia,
Alguém vê a ignorância,
Um compreende as limitações do companheiro,
Percebendo que cada qual caminha em seu próprio passo.
E que é inútil querer apressar o passo do outro,
A não ser que ele deseje isso.
Cada qual vê o que quer, pode ou consegue enxergar.
“Porque eu sou do tamanho do que vejo .
E não do tamanho da minha altura”.
(Fernando Pessoa)*

Essa dissertação é dedicada aos meus pais Lourival e Terezinha que, podendo cursar apenas parte do ensino fundamental, sempre sonharam legar-me “os estudos” como herança, regando o meu caminho com muito amor; a meu irmão, parte do meu coração; às minhas amigas Fabiana, Eliana e Eliane, que sequer sabem quanta força e coragem me deram em instantes em que a estrada se tornara mais íngreme; à Célia e Didi, que, apesar de toda a dificuldade que vêm enfrentando em um momento tão difícil, sempre voltaram a mim palavras e gestos de incentivo.

Agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior o financiamento que me foi concedido, aos membros da banca examinadora a forma amiga e gentil com que contribuíram para que as imperfeições deste trabalho fossem diminuídas. Agradeço, de forma muito especial, ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, pela paciência e pela compreensão e, sobretudo, pelos importantes apontamentos a este trabalho. Agradeço também à Profª Drª Soeli M. S. da Silva (Soila) pela formação inicial e incentivo e pelos gestos de apoio. Agradeço, de coração, a Deus, que me iluminou sempre e fez que eu chegasse até aqui.

RESUMO

O que é referir e o que é designar? Filiando-nos ao posicionamento teórico da Semântica do Acontecimento, procuramos caracterizar a distinção entre a noção de referência e a noção de designação. Nesse sentido, designar na linguagem não tem a ver meramente com a identificação de um objeto no mundo. A significação de uma expressão referencial é constituída no funcionamento da língua, no confronto de dizeres e sentidos diversos e é esse espaço de constituição de sentido que produz a designação. Para Guimarães (2002), esses espaços são configurados por acontecimentos enunciativos e é aí que se dão as cenas enunciativas, que são modos específicos de acesso à palavra. Analisamos, assim, como se constituem os modos de referir o presidente Lula na época da eleição e, por assim dizer, como se constituem as expressões que designam esse sujeito. Os modos de referir recortados constituem a designação do sujeito em questão e, na medida em que as designações mobilizam dizeres e sentidos outros, identificam Lula nos acontecimentos estudados, particularizando-o. Tomamos, para isso, seqüências de textos extraídos de *Veja*, *Época* e *Isto É Gente* e procuramos mostrar como o espaço enunciativo que faz funcionar esses periódicos é um espaço de política do dizer, em que o dizer se distribui desigualmente. A política do dizer constitui os espaços enunciativos, os dizeres que aí se produzem e, por assim dizer, o modo como Lula é identificado em cada uma das revistas.

Palavras-chave: Semântica. Referência. História. Identificação Social.

ABSTRACT

What does refer mean and what does designation mean? We are on the theoretical position from *Semântica do Acontecimento*, and we try to establish a distinction between the conception of reference and the conception of designation. Thus, refer in the language is not related to identify an object in the world. The sense of the referent in the language is constituted on language working, where there is a confrontation of several sayings and several senses, and this is the space where the designation is produced. According Guimarães (2002), the spaces of constitution of the sense are configured by *acontecimentos enunciativos* and the enunciative scenes happen there – enunciative scenes are ways of specific access to speaking. We analyze how the ways of referring the president Lula in election time and, then, how the designative expressions of this person are constituted. The cutting ways of referring designate Lula and, more they make ready other sayings and other senses, more they identify Lula in those enunciations. For that, we took sequences of texts from *Veja*, *Época* e *Isto É Gente* and we tried to show how the enunciative space, where those magazines work, is a political space, where the speaking is not distributed equally. The politic question constitutes the enunciative spaces, the enunciation and, then what identifies Lula in each magazine.

KEYWORDS: Semantics. Reference. History. Social Identification.

SUMÁRIO

Apresentação	
I. Introdução	12
Estudos em Semântica: um Breve Percurso	15
O significado da inclusão: história e sujeito	15
O <i>elemento Subjetivo</i> : o corte saussureano – exclusão e inclusão	18
De Ducrot à Semântica do Acontecimento	23
II. A Semântica do Acontecimento	26
A Língua se Expõe a um Real	26
Enunciação, Língua, Sujeito, Real	32
A Temporalidade do Acontecimento	35
O Político e sua Representação nos Espaços de Enunciação	36
A Cena Enunciativa	38
III. A Questão da Referência e da Designação	40
A Referência	40
O Que é Referir e o que é Designar?	44
IV. Designação e Referência em Expressões que Referem o Presidente Lula	46
A Reescritura como Dispositivo Analítico	46
Corpus e Objeto de Análise	48
A Revista <i>Veja</i>	50
A Revista <i>Época</i>	57
A Revista <i>Isto É Gente</i>	59
Considerações Finais	65
Referências Bibliográficas	69

APRESENTAÇÃO

O caminho que as eleições para a presidência do país, ao final do ano de 2002, tomavam e, sobretudo, o que significaria, na época, a vitória de Luiz Inácio da Silva tomavam conta dos noticiários na imprensa escrita e falada.

Luiz Inácio da Silva era Lula, *o imigrante nordestino, o ex-torneiro mecânico, o ex-metalúrgico*, alguém cujo passado insistia em reclamar espaço na medida em que se referia a ele. E foi essa insistência que fez que atentássemos, de uma forma especialmente cuidadosa, a cada uma das expressões designativas que constituíam modos diferentes de referir o presidente Lula.

Inscrevendo-nos em uma posição teórico-metodológica que concebe o sentido da linguagem enquanto algo que é produzido no funcionamento da mesma, o estudo da designação é realizado à luz da concepção de que é no lugar em que ela (a designação) funciona que a significação é produzida. Analisar como se constituem os modos de referir o presidente Lula na época das eleições, permitiu-nos ver que as expressões designativas que configuram aqueles modos de referir mobilizam dizeres e sentidos outros e, por assim dizer, identificam Lula naqueles acontecimentos. São as designações que, ao funcionarem no presente do acontecimento recortam um memorável e, assim, referem Lula naquele acontecimento, particularizando-o como sujeito.

A designação e a referência são, assim, acontecimentos de linguagem que estão sempre sujeitos ao real, em uma relação com o real, e às divisões que lhe são inerentes. Estudá-los, nesse sentido, significa a tomada de uma posição que vê a linguagem como prática política, característica que lhe é indissociável.

Introdução

O objetivo do estudo que realizamos é analisar a designação em linguagem como processo de identificação social.

Para isso, filiamo-nos à posição teórica tomada por Guimarães (1995, 1998, 1999b, 2002), sobretudo, a sua Semântica do Acontecimento. Tomando como dispositivo teórico uma concepção histórica de sujeito e real, procuramos constituir neste trabalho as noções de acontecimento e de temporalidade, apresentadas por Guimarães. O acontecimento e sua temporalidade são questões essenciais para mobilizarmos a distinção entre designação e referência nas seqüências de recortes que são analisadas.

Quando discutirmos o espaço de enunciação, veremos que esse é o lugar em que as línguas funcionam e que é um espaço político, caracterizado por um funcionamento próprio que divide os sujeitos e regula a fala desses, outorgando o direito do dizer a apenas alguns sujeitos e privando outros desse direito. De acordo com Guimarães (2002), essa política do dizer é incontornável e caracteriza o real da língua. Isso faz entender que os sentidos que a língua produz, à medida que o dizer está sempre dividido, são constituídos em um processo já regulado, em que tudo não será e nem poderia ser dito e significado.

São essas questões que mobilizam, então, o funcionamento da referência e da designação. E, para que possamos refletir sobre como referir e designar constituem processos diferentes, mas que se colocam em um espaço de tensão em que um determina o outro, tomamos nove seqüências de recortes extraídos de periódicos da imprensa escrita de grande circulação, a dizer, as revistas *Veja*, *Época*, do final de outubro de 2002, e *Isto É*

Gente, do início de novembro de 2002, época em que o presidente Luiz Inácio da Silva foi eleito. Cada uma dessas seqüências constitui, para nós, uma unidade maior, um texto, e os modos de referir Lula que se organizam naqueles acontecimentos devem ser analisados como integrados nessa unidade maior. Veremos, assim, que mesmo a capa de *Isto É Gente*, espaço em que Lula é predicado como *metalúrgico ex-líder sindical* e também como *presidente* é um texto, em que cada um dos modos de referir Lula funciona na medida em que reescreve outro modo de referir a mesma pessoa. Por outro lado, uma vez que estejamos operando com as reescrituras como dispositivo analítico, as relações que se configuram entre os vários modos de referir não são constituídas como se fossem procedimentos de coesão textual, em que um elemento corresponde ao outro por substituí-lo, retomá-lo, etc.

Em nossa análise, quando estabelecemos que *presidente*, por exemplo, reescreve *ex-líder sindical*, ou, então, que *ex-líder sindical* rediz ‘líder sindical’, preocupamo-nos, sobretudo, com a diferença que se constitui para o sentido daquilo que é feito. Nessa medida, *presidente* e *ex-líder sindical* são formas correspondentes e essa correspondência se dá porque o sentido (a designação) desses modos de referir está se fazendo como diferença.

É assim que a referência é construída e, em todas as seqüências analisadas se constitui como a mesma. A referência resulta do sentido do nome, que é a designação, constituída por seu funcionamento no acontecimento enunciativo e na temporalidade que esse recorta.

Assim, nosso trabalho se apresenta dividido em cinco partes. Na primeira delas, intitulada “Estudos em Semântica: um breve percurso”, procuramos refletir sobre as várias tomadas de posição no que se refere ao tratamento dado à historicidade e ao sujeito no percurso da Semântica, posto que são duas questões essenciais para o nosso campo de filiação.

Em um segundo capítulo, “A Semântica do Acontecimento”, temos o cuidado de apresentar a posição teórica que tomamos e, por assim dizer, o dispositivo teórico que Guimarães (1995, 1998, 1999b, 2002) apresenta, dispositivo esse que abre um diálogo com a Análise do Discurso de tradição francesa. Nesse momento, questões como a de real da língua, sujeito e história são discutidas, entendendo-se sua importância para a mobilização da noção de acontecimento enunciativo e de como se constitui a temporalidade do acontecimento. Os conceitos de espaço enunciativo e de cena enunciativa são apresentados na configuração do acontecimento e como lugar de representação de uma política do dizer.

Em “A Questão da Referência e da Designação como Espaço de Constituição do Sentido”, terceira parte de nosso trabalho, retomamos o tratamento dado ao conceito de referência em linguagem. O objetivo desse capítulo é retomar esse tratamento para constituir a forma como Guimarães (2002) apresenta a noção de referência, que é diferente da noção de designação, embora estejam relacionadas.

É no capítulo seguinte, “Designação e Referência em Expressões que Referem o Presidente Lula”, que mobilizamos os principais conceitos apresentados inicialmente e tentamos mostrar o funcionamento dos modos de referir Lula em seqüências de recortes de *Veja*, *Época* e *Isto É Gente*, publicadas na época em que Luiz Inácio da Silva tornou-se presidente do Brasil. Vemos que os modos de referir predicam e determinam o nome Luiz Inácio da Silva e, nessa medida, identificam socialmente o sujeito que referem.

Enfim, concluímos nosso trabalho, retomando as principais questões levantadas nas análises e apontando outras de igual importância, esperando dar continuidade a este estudo.

I

Estudos em Semântica: Um Breve Percurso.

O significado da inclusão: história e sujeito

Muitas são as maneiras que temos para tratar a significação em linguagem. E para que estabeleçamos o que é sentido, o que é a significação vamos partir do momento em que historicamente a semântica se constitui como disciplina lingüística, ou seja, em fins do século XIX, momento da publicação, em 1897, de *Ensaio de Semântica*, de Michel Bréal.

Anteriormente a esse estudo há muitas outras considerações sobre a linguagem, estudos esses que eram feitos à luz da filosofia, mas que também traziam preocupações de caráter semântico. Porém, o que nos parece mais interessante são exatamente as considerações que Bréal fez ao constituir a semântica como uma disciplina da Lingüística, ou seja, ao utilizar pela primeira vez o termo “semântica”.

Bréal formulou suas conclusões sobre a linguagem inserido em um momento em que os estudos lingüísticos eram realizados a partir de comparações entre as línguas, momento esse em que se desenvolvia a Lingüística Histórica. Bréal foi motivado por análises que tratavam as transformações fonéticas da linguagem e compreendeu que essas apenas podiam ser estudadas se fosse considerado também o sentido da linguagem. Na

concepção de Bréal, tudo o que não estivesse relacionado à fonética de uma língua, pertencia ao campo semântico. As análises comparadas – entre o Latim e as línguas românicas- tinham como objeto exclusivo o nível fonético dessas línguas e explicavam, por exemplo, o porquê da dificuldade de distinção entre determinadas vogais, por um lado, e a relação entre o desaparecimento das desinências casuais e o aparecimento das proposições nas línguas românicas, por outro lado- sempre em um trabalho de comparação com o Latim. Em contrapartida, a argumentação que Bréal fundamentou no sentido de explicar tais transformações foram consideradas todas como estando no campo da significação da língua, ainda que estivessem constituídas nos níveis morfológico e sintático.

Quando Bréal tratou as transformações fonéticas, ao considerar a língua latina e as línguas românicas, é que a disciplina lingüística semântica foi constituída como tal e também como uma lingüística que considera a linguagem como fenômeno humano e, por assim, dizer, fenômeno histórico.

Bréal discute algumas posições naturalistas em relação à linguagem, dizendo que:

O caráter comum dessas diferentes definições é atribuir à linguagem uma existência própria, independentemente da vontade humana. Faz dela uma espécie de quarto reino. A maior parte dos lingüistas coloca-se hoje nesse ponto de vista, uns por convicção filosófica, os outros simplesmente, suponho, pela comodidade da exposição (Bréal, 1992: 195).

Essa ruptura com posições naturalistas até então vigentes é entendida no sentido de que a transformação na linguagem se dá pela intervenção da vontade do homem, pois:

Seria hora de renunciar às idéias que não resistem a um exame sério. A linguagem tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. Ela é feita pelo

consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas. Isso não é diminuir a importância da linguagem. Por lhe reconhecer somente essa existência ideal. É, ao contrário, colocá-la entre as coisas que ocupam o primeiro lugar e exercem a maior influência do mundo, já que essas existências ideais - religiões, leis, tradições, costumes - são o que dá uma forma à vida humana. Nós sofremos ordinariamente sua ação, uma vez que temos no fundo de nós mesmos o poder de delas nos libertar. Elas pertencem ao mundo do pensamento e da vontade (p.195).

Conclui-se, segundo o que afirma Bréal, que a única causa do desenvolvimento e, então, das transformações da linguagem é a **vontade humana**. *Vontade obscura e perseverante*, que não pode ser confundida com a **intenção** de quem fala, no sentido que intenção tem para as pragmáticas que, em geral, caracterizam o sentido como a intenção de fazer crer algo ao ouvinte em virtude do reconhecimento desta intenção - ou seja, a intenção que constitui o sentido é tal que se dá a conhecer por si mesma.

Enquanto a vontade humana é obscura e perseverante e, portanto, resultado do confronto de vários desejos, a intenção é visível, é a intenção do discurso de acordo com aquele que fala. A intenção é restrita àquilo que se diz, àquilo que atinge o ‘ouvinte’. A vontade é, sim, esse acordo, visto que ‘quem fala’, por si só, pode ter intenções, mas não tem liberdade, seja para modificar o sentido das palavras, seja para modificar o modelo sintático que constitui uma língua, a menos que não queira ser compreendido. Enfim, a intenção é inerente a um único indivíduo, tal como define a pragmática e a vontade é o acordo realizado por um conjunto, é o consentimento de muitas inteligências.

A inteligência se apresenta como a faculdade para conhecer e tem sua origem no funcionamento dos signos; isso quer dizer, então, que *a linguagem representa um conhecimento que se desenvolve porque as mudanças da linguagem são instrumento de civilização* (Bréal, 1992:11).

Assim é que retomamos um dos temas mais importantes na obra de Bréal: a história, em uma concepção muito próxima da concepção de historicidade para a posição teórica a que nos filiamos. O histórico, para Michel Bréal, diz respeito justamente à intervenção do(s) sujeito(s) na linguagem e, por assim dizer, da vontade na linguagem – intervenção da vontade na inteligência. A linguagem é histórica não porque suas transformações se dão em um depois que sucede um antes, mas sim porque o social afeta o seu funcionamento. Veremos, mais adiante, que em sua *Semântica Histórica da Enunciação*, Guimarães (1995) retoma essa questão da historicidade da/na linguagem e do/no sentido a partir da consideração de que *a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência* (Guimarães, 1995: 66).

Em princípio, já nos faz possível distinguir, por um lado, uma concepção de historicidade como sucessão cronológica, posicionamento esse tomado pela Semântica no campo das ciências humanas, e, por outro, uma concepção de historicidade como fenômeno social, afetado socialmente, que caracterizará as análises das designações em linguagem, segundo a filiação da Semântica do Acontecimento.

Ao afirmar que a linguagem é fenômeno humano e histórico, Bréal questiona a sucessividade dos métodos comparativistas que marcaram o estudo das línguas no século XIX, pois, para ele, o que realmente importavam eram os sentidos e o sujeito, o fato de a linguagem significar. Além disso, o problema da sucessividade faz-nos refletir sobre o fato de que *num dado momento é possível encontrar a convivência, a simultaneidade de sentidos constituídos em épocas diferentes, por vontades diferentes* (Bréal, 1992:12).

O Elemento Subjetivo: o corte saussureano - exclusão e inclusão.

Retomemos agora a questão da subjetividade, o segundo dos temas mais importantes tratados por Michel Bréal em seu *Ensaio*.

Nessa obra, Bréal havia discutido a questão da subjetividade ou do *elemento subjetivo* e, para ele, esse aspecto estaria representado por palavras, constituintes de frases, formas gramaticais e pelo plano geral de cada língua. Guimarães, ao comentar esse fato, diz que, *para ele [Bréal], a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem, e há marca da subjetividade daquele que fala naquilo que fala. E mais que isso: as línguas têm o elemento que marcam essa presença.* (Bréal, 1992:14). Elementos esses tais como os pronomes pessoais, retomados mais recentemente nos trabalhos de Benveniste, por exemplo.

Já no início do século XX, ao constituir a *língua* como objeto da análise lingüística em seu *Curso de Lingüística Geral* (1916), Saussure, ao excluir a *fala*, exclui toda e qualquer referência ao que pudesse ser considerado exterior à ordem do sistema. Com efeito, a definição de que os estudos sobre a língua deveriam concentrar-se apenas no sistema e nas regras internas de seu funcionamento acabou por excluir tudo aquilo que é de caráter individual e subjetivo (psicológico), justamente os elementos com que Michel Bréal havia demonstrado preocupação em fins do século anterior. A exclusão, por Saussure, de tudo o que fosse da ordem da *fala*, significou o apagamento do referente, do mundo, do sujeito e da história.

Há, no texto de Ferdinand de Saussure, uma passagem que remete ao fato de que ele (Saussure) reconheceu a existência e relevância daquilo que chama de “Lingüística da Língua” e “Lingüística da Fala” ou, ainda, de “Elementos Internos” e “Elementos Externos da Língua”, denominações que intitulam capítulos do seu *Curso*. Na verdade, Saussure distinguiu com propriedade a importância da *fala* ao lado da *língua*, dizendo que:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social, em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação, e é psico-física (Saussure, 1916: 27).

Mais adiante, assinala a impossibilidade de trazer para a sua análise ambos os objetos de que falou, constituindo, então, o corte ou a exclusão da fala, e, por assim ser, do sujeito, do mundo e da realidade, todos esses elementos ditos exteriores ao sistema.

Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente.

Pode-se, a rigor, conservar o nome de Lingüística par cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Lingüística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua.

Unicamente desta última é que cuidaremos, e se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios (Saussure, 1916:28).

É nesse instante, portanto, que Saussure, além de definir com precisão qual o objeto da disciplina Lingüística, conferindo a ela um caráter de ciência em si, opõe o individual- a fala- ao coletivo, que é o sistema, o conjunto de regras, para, então, tratar apenas este último. A exclusão do plano individual e exterior significou a exclusão de elementos constituintes do sentido; a relação entre sujeitos e a relação desses com o mundo, em uma configuração que é necessariamente histórica, é que permitem construir o espaço próprio para a definição do sentido na linguagem. E é por isso, pois, que Guimarães diz que *para nós interessa, exatamente, a inclusão da história* (Guimarães, 1995:65), e, então, do sujeito e da exterioridade, uma inclusão que havia sido tratada por Bréal, mas que no início do século XX é questionada para delimitar o objeto de estudo saussureano e ser, então, tomada como paradigma fundamental para os estudos da linguagem.

Para Guimarães

(...) Saussure afirma o caráter social, coletivo da língua, como o que está em todos, não incluindo no objeto, portanto, seu caráter histórico, tanto no sentido do historicismo, do século XIX, quanto em outro qualquer. Saussure suprime as

relações de transformação como objeto da lingüística, mas suprime também qualquer relação da língua com algo que lhe seja exterior. O exterior (o mundo, o sujeito, as relações entre sujeitos) fica como aquilo a que se nega o caráter de objeto da lingüística. O que há de significação no seu Curso é o que há de decodificado como significado.

(...) O corte saussureano exclui e dá o quadro de pertinência para o excluído.

(Guimarães, 1995:20)

Nesse sentido, o posicionamento tomado por Pêcheux é uma das maneiras de pensar especificamente a inclusão do sujeito e da história, ao introduzir os conceitos da Análise do Discurso. Para ele, o conceito de língua está relacionado ao conceito de história e, assim, o sujeito fala porque é afetado historicamente, pelas condições históricas e é nesse sentido que a subjetividade, segundo o autor, é um processo de constituição do sujeito, “situando-o”, mostrando-o como sujeito do discurso e, ao mesmo tempo, dissimulando essa situação de autonomia – essa ilusão é necessária para o funcionamento da língua. Por outro lado, a história, que é inserida nas questões de linguagem sobretudo quando se fala em subjetividade, não pode ser reduzida ao cronológico ou ao plano contextual sob risco de que a própria análise lingüística seja limitada a essa cronologia; isso significa que os efeitos de sentido devem ser interpretados, e jamais utilizados como prova para um fato.

Paul Henry (1992) apresenta uma discussão em que define com clareza a necessidade de que o sujeito e, então, a história sejam incluídos na linguagem; isso é explicado por ele quando diz que a Lingüística, como ciência humana e social, é afetada pelo campo da complementaridade, onde social e psicológico se constituem. Para Henry:

(...) do humano tudo o que não é de ordem do psicológico, é social e reciprocamente. (...) toda realidade humana ou é bem uma realidade psicológica ou bem uma realidade social. Segundo as teorias, a ênfase é posta seja sobre o psicológico, seja sobre o social. O psicológico sustenta-se diante do social pela sua relação com a animalidade humana, com o corpo orgânico, de tal modo que o social como realidade

autônoma supõe sempre um psicológico, a menos que se absorva no organicismo. (...) Em resumo, formular uma realidade social e autônoma supõe uma realidade psicológica e inversamente. Há portanto uma circularidade da dupla realidade psicológica/ realidade social (Henry, 1992: 115).

Pressupondo a realidade psicológica no campo das análises lingüísticas, há uma distinção fundamental que vê no sujeito três possibilidades: o sujeito universal, ou sujeito epistêmico - sujeito do conhecimento-, o sujeito social e o sujeito psicológico. Henry aponta que, para a linguagem, o primeiro, o sujeito universal, se constitui a partir do modelo de uma “máquina lógica”, realizando operações lingüísticas gerais para a composição e a interpretação de mensagens em um determinado “código”, ao passo que o sujeito social configura-se na atividade de seleção e combinação em um estoque de possibilidades lingüísticas, e o individual na *produção particular no conjunto de todas as produções possíveis* (p.118), uma espécie de produto final.

O que de fato importa nessa distinção é que não há como reduzir cada um desses sujeitos, o sujeito universal, ou o sujeito social ou o sujeito individual em si mesmos. E isso fica explícito quando Henry (idem) apresenta a figura do “buquê invertido” (p. 126), figura essa que é utilizada pelo autor para demonstrar que o sujeito universal (no campo da complementaridade) ou sujeito do conhecimento, entendido quase à semelhança de um sujeito neutro, jamais poderia ser interpretado assim, posto que sua neutralidade ou objetividade serão sempre afetadas pelo imaginário, em um conjunto de representações que esse sujeito tem do real em si; e essas representações, há que se ressaltar, se constituem historicamente, tanto pelo caráter social, quanto pelo caráter individual do sujeito. É na historicidade, portanto, que o sujeito é tomado por posições, as posições de sujeito, questão que ainda será discutida com mais propriedade e que é fundamental para a compreensão da forma como se constituem os sentidos, e que Pêcheux discute quando fala em “Sujeito, centro, sentido”.

Finalmente, a questão semântica ou dos efeitos de sentidos que são produzidos é compreendida nessa relação entre língua, sujeito e história e entendida como a

orientação que tomamos para a mobilização de uma análise lingüística - a exterioridade, assim, é que produz a significação. Em uma síntese dessa questão, diz Henry:

Considerar assim o sentido [nas relações entre língua, sujeito e, então, história] indica que ele (...) não pode ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais nos quais esse sentido se constitui como efeito, não se dão com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras. São justamente aquelas que podem ser relacionadas com uma mesma forma-sujeito “sujeito coletivo”, cujas condições materiais de existência será preciso definir (Henry: 1992: 140).

De Ducrot e os Estudos sobre Argumentação à Semântica do Acontecimento

Para Ducrot (1977, um ato performativo, noção essa introduzida por Austin (1962) em sua teoria sobre os atos de fala, é caracterizado quando, ao enunciar, o sujeito executa uma ação e não apenas descreve algo. A ação de falar é, logo, marcada pela realização de algo; esse é o caso, por exemplo, de enunciações típicas, como a realizada pelo juiz quando diz “(...) declaro o réu inocente (ou culpado)”. Neste caso, o juiz não está apenas descrevendo algo, informando que considera o réu seja inocente ou culpado. Na verdade, significa uma modificação nas relações sociais, uma modificação que não conclui apenas que alguém é culpado ou inocente por algo de que até então era suspeito – ao dizer “inocente” ou “culpado”, o juiz transforma a relação entre o réu e a sociedade, livrando-o da perda de seus direitos, ou ainda privando-o deles.

Isso quer dizer, então, que um ato performativo é um ato de linguagem que funciona de acordo com regras institucionais, já que depende diretamente de regulamentos socialmente instituídos.

Ducrot (1977), ao ampliar a discussão proposta por Austin e por Searle, o faz a partir das noções de *ação*, *ação jurídica* e *ato jurídico*, sendo que a noção de ato jurídico, tem a ver com a noção de ato performativo ou, simplesmente, atos *que têm por efeito imediato transformar o balanço dos direitos e de deveres existente na sociedade* (Ducrot, 1977: 81). Nesse sentido, a concepção de linguagem de Ducrot (1977) nada tem a ver com a idéia de instrumento de comunicação entre falantes ou código. Ducrot diz que os atos lingüísticos funcionam segundo regras instituídas socialmente, e que o ato de enunciar pode tornar as relações sociais instáveis ou mesmo modificá-las, e introduz a concepção de que a língua produz sentidos regulados institucionalmente.

Um exemplo: quando se pensa em um sujeito que dá uma ordem, há uma relação estável que é tensionada ao ser enunciada a ordem – o sujeito que a enuncia e o sujeito que a recebe estão divididos por uma deontologia específica que permite ao primeiro ordenar e faz com que o segundo o obedeça ou não. Isto é de tal modo que a não obediência é, também ela, constituída pela ordem.

Enfim, o principal ponto de debate entre Ducrot (1977) e Searle (1981), tem a ver com a forma como os atos performativos ou ilocucionais se dão; Searle credits ao sujeito enunciador, denominado por ele falante, um poder imensurável, analisando os enunciados como produtos de uma convenção e realizados pela intenção do indivíduo, concepção defendida pelos teóricos da Filosofia da Linguagem. A concepção de enunciação apresentada por Ducrot distancia-se dessa idéia de que o sujeito é senhor daquilo que diz e o toma como exterior ao acontecimento enunciativo. Para Ducrot, é o sujeito que é tomado pelo acontecimento.

A Semântica Histórica da Enunciação filia-se a essa noção apresentada por Ducrot, e toma o sentido como independente da intenção que o sujeito em si tem de dizer isso ou

aquilo. Por outro lado, os efeitos de sentido são, como apresenta a Análise do Discurso, produzidos historicamente, na relação com outros dizeres e outros efeitos de sentidos, produzidos em outros acontecimentos enunciativos.

Ao apresentar a questão da pressuposição, enquanto ato marcado, Ducrot (1977) faz uma importante consideração sobre a linguagem/ língua. Não se pode considerá-la como código, e a enunciação como sinônimo de transmissão de conhecimento:

(...) as relações intersubjetivas inerentes à fala não se reduzem à comunicação, tomada no sentido estrito, isto é, à troca de conhecimentos: ao contrário, introduz-se entre elas uma grande variedade de relações inter-humanas, para as quais a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. A língua, então, não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição da vida social, mas um modo de vida social. Ela perde sua inocência. (Ducrot, 1977:12)

O posicionamento de Ducrot de língua como prática social, já que a enunciação pode transformar as relações sociais existentes entre os sujeitos, faz compreender a posição de Guimarães de que a enunciação, enquanto prática social, caracteriza-se como **prática política**. Isso quer dizer que o acontecimento enunciativo é caracterizado por um funcionamento próprio que divide os sujeitos e regula a fala dos mesmos, outorgando o direito do dizer a apenas alguns e privando-o de outros - em princípio, a própria divisão das línguas é uma consequência de seu caráter político. Relativamente a tal concepção, Guimarães diz que os sentidos que a língua produz, posto que o dizer também estará dividido, são constituídos em um processo já regulado, em que tudo não será (nem o poderia ser) dito.

II

A Semântica do Acontecimento

Para que apresentemos os principais temas abordados por Eduardo Guimarães em sua *Semântica do Acontecimento* é preciso, antes de tudo, dizer que ele o faz a partir de um diálogo com a Análise do Discurso. As noções de “discurso”, “formação discursiva” e real, sobretudo, são tomadas de acordo com as concepções que a Análise do Discurso de origem francesa apresenta. Outros campos de conhecimento também são mobilizados por Guimarães, conforme o que já foi discutido.

A Língua se Expõe a um Real

La langue introuvable, de Gadet & Pêcheux (1984) mobiliza uma discussão no tocante à questão do que é o **real** da língua, espaço a que o dizer se expõe ao falar desse espaço. Nesse sentido, *introuvable* constitui um lugar da língua que é inencontrável, impossível de ser atingido. Lugar que é definido pelos espaços flutuantes e pelas transgressões da língua, em oposição ao espaço controlado do inequívoco, do lógico, do regulamentado - o lugar do encontrável e previsível na linguagem.

É justamente ao mobilizarem uma discussão sobre esse lugar imprevisível da língua que Gadet & Pêcheux (2004) retomam dois campos homogêneos em teorias lingüísticas que abordam a língua em seus dois aspectos: um, relacionado à língua e às suas estruturas, e outro, relacionado à exterioridade da língua, a tudo o que não é lingüístico, desde às

incorrekções e erros até mesmo a elementos que não necessariamente tenham a ver com regras gramaticais. De acordo com os autores, as terminologias para esses dois campos são variadas e podem ser observadas em Saussure, que distinguiu a língua da fala, apagando, ou ao menos tentando apagar, tudo o que fosse da ordem do individual e do psicológico. Em Chomsky, que distinguiu o gramatical do agramatical, ou em terminologias que opõem, por exemplo, o lingüístico e o extra-lingüístico, o possível e o impossível, o correto e o incorreto, o norma e o erro. O real se constitui, então, à medida que as questões de “caráter” extra-lingüístico ou subjetivo também se constituem. Nesse caso, há uma tendência a anular tudo o que não faz parte das estruturas lingüísticas previsíveis, para limitar-se ao estudo das ocorrências gramaticais, daquilo que é correto, possível, lingüístico e que é previsto na norma. Com Saussure e com Chomsky, por exemplo, não foi diferente: o primeiro limitou-se basicamente ao estudo da língua ou sistema sem a intervenção dos falantes, e o segundo, no estudo das estruturas ditas gramaticais, cujos exemplares eram perfeitos, à disposição das análises que seriam realizadas. Era muito mais interessante estudar o sistema como um conjunto de estruturas que se movimentam, tais como peças, em um jogo e que não extravasam os limites impostos pelo campo ou pelo tabuleiro; era muito mais cômodo realizar uma generalização de fatos gramaticais e, assim, uma higienização dos dados para que os resultados das análises confirmassem a teoria apresentada. Até os dias de hoje algumas análises voltadas a fatos lingüísticos privilegiam questões que são previsíveis, como se se prestassem a provar uma transparência da língua que, na verdade, não existe.

Crítica-se, com base nisso, o fato de alguns níveis da Lingüística terem se firmado como ciência autônoma através de inibições e ignorâncias. Segundo Gadet e Pêcheux (2004), Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica foram fundados como áreas de conhecimento muito mais por, em instantes determinados da História, buscarem soluções para problemas surgidos em épocas distintas, dispondo-se a acabar com obstáculos que dificultavam ou impediam a comunicação entre os homens; esse é o caso, por exemplo, do distribucionalismo, em sintaxe, pronto a atender às necessidades do comércio e da guerra, que exigiam procedimentos rápidos para o aprendizado de línguas estrangeiras, ou então, da própria semântica, que, em um dado instante, esteve disposta às necessidades de implementação da comunicação entre homem e máquina; o esperanto, por sua vez,

enquanto língua artificial firmou-se apenas como a tentativa de acabar com os impedimentos existentes para a comunicação entre as sociedades. Isso estaria relacionado a um fim último, estritamente relacionado a um desejo que é político, o desejo de uma língua ideal e infalível.

O real da língua, portanto, o espaço que faz com que os sentidos sejam produzidos, espaço em que todas as possibilidades lingüísticas coexistem, é sempre contornado; procura-se sempre contornar aquilo que pode provocar o equívoco, a confusão, o mal-entendido ou o “erro”. As línguas humanas, visto que a unificação, pelo esperanto ou por uma outra língua artificial foi impossível, passariam, então, a ser estudadas com o objetivo de que fossem vistas como línguas lógicas, ideais, cujo funcionamento se assemelhasse ao funcionamento da Matemática Lógica; segundo Gadet & Pêcheux (2004), tal ignorância era derivada da dificuldade de se apropriar totalmente das possibilidades de transgressões e de equívocos, próprios da natureza dessas línguas humanas. Logo,

As expresões “linguagem humana”, “língua natural” cessaram doravante de serem tautologias e se tornam a forma específica pela qual significantes são inscritos no aparelho do inconsciente. Em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, as “marcas” lingüísticas não se estruturam segundo a ordem lógico-matemática. A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política.

(Gadet & Pêcheux, 2004: 23-24)

E em seqüência:

Quanto às inscrições e às siglas (no mármore, no papel ou na pele), dependem desse traço intermediário, situado entre marca lingüística e o traço lógico, espelhado pela figura do jurídico: ou seja, ao mesmo tempo as

classificações sem vestígio e os jogos da ambigüidade, os artifícios da asserção e a repetição gregária (p.24).

Aliado a isso, o panorama do século XIX, a que Gadet & Pêcheux fazem referência em grande parte de seu trabalho, mostra a importância de admitir que há pontos de contato entre discurso e história. Como já fora citado, a historicidade, para a Análise do Discurso, tem de ser analisada nas formas lingüísticas enquanto determinação de tais formas, mas não apenas como uma condição de produção para um discurso – a historicidade que atualiza aspectos ideológicos também não deve ser vista como elemento que condiciona formações discursivas, o que certamente produziria uma análise conteudística, na qual somente seriam buscadas formações ideológicas que lhes são intrínsecas. Sobretudo, a análise deve mostrar a preocupação em entender como é que uma ou mais formações ideológicas se dão em uma determinada formação discursiva. E há, sem dúvida, um ponto de toque entre o real da língua e o real da história que, segundo Gadet & Pêcheux, é o momento fundamental em que o plano histórico -lugar de modificação das relações humanas – funde-se ao plano discursivo, já que nesse complexo movimento, a linguagem revela-se como atividade social e não como mero instrumento de comunicação ou de troca de informações; a linguagem é, pois, capaz de fazer política, de estabelecer regras jurídicas em uma sociedade.

Sobre esse ponto em que o impossível toca a contradição, que é histórica (já que se constitui como contradição porque os fatos envolvidos fazem parte também de uma memória de dizeres), ponto de toque entre língua e história, os autores sublinham que:

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história.

A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que o processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a “mudança de forma” da

métrica francesa tradicional introduzida por Rimbaud, e o surgimento das “vanguardas” literárias, poéticas e lingüísticas, no campo do Outubro russo. (Gadet & Pêcheux, 1984: 64)

Essa citação parece deixar claro como Gadet & Pêcheux (1984) entendem que é o processo revolucionário, espaço histórico em que se dão mudanças ideológicas, sociais e políticas, que afeta o espaço da língua, fazendo, então, surgir o equívoco, a diferença e o inesperado – é a história, para ambos, que afeta a língua! O fato é que a língua também pode afetar a história: o equívoco, a diferença e o inesperado podem afetar as relações sociais. Isso, na verdade, quer dizer que:

Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de “dispersão anagramática” (Baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis lingüísticas do valor: as massas “tomam a palavra”, e uma profusão de neologismos e de transcategorias sintáticas induzem na língua uma gigantesca “mexida”, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam (Gadet & Pêcheux, 1984:64).

Nesse sentido, as designações *metalúrgico* ou *ex –líder sindical*, por exemplo, que serão destacadas nas análises, ao referirem o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva fazem funcionar efeitos de sentido que não seriam produzidos se estivessem na relação com outras significações que não constituíssem aquele sujeito como sendo também presidente do Brasil. É a historicidade que produz um movimento de efeitos de sentido e não outro. E é nesse sentido que se constitui o equívoco e o imprevisível.

Muitas outras questões envolvendo a pedra de toque entre real e história, ou melhor, entre real da língua e real da história são discutidas por Gadet & Pêcheux (1984) e nem sempre as relações entre o real da língua são postas como elemento que afeta o real da história, ou mesmo, como elemento que é afetado pelo real da história. Houve momentos em que o real da língua, repleto de transgressões e de espaços que traem, mostrou-se como um lugar de perigo e que, por assim ser, deveria ser ignorado ou negado. Um exemplo

interessante diz respeito aos Círculos Lingüísticos, que ocorreram ao longo do século XX, dada a insistência de grande parte de seus membros, ainda que em diferentes instantes históricos, de estabelecer um divisor entre a Lingüística e a Literatura, ou entre aspectos mais objetivos da língua e aspectos subjetivos da mesma, em uma posição oposta a qualquer viés psicológico. Na verdade, o círculo vicioso formado pelos Círculos Lingüísticos tinha como fundamento ou como desejo o funcionamento de uma língua ideal, objetiva, uma língua que não traísse, uma língua lógica. Tudo o que estivesse além desse espaço do previsível, contraditoriamente pertencendo à linguagem, mas não considerado assim, caberia a uma análise psicanalítica. A contradição, aliás, era/é elemento constante e ainda que se procurasse afastar o espaço do real da língua, ele pairava/paira sobre os dizeres e sobre as significações.

É assim que se pode refletir acerca de todas as terminologias surgidas como uma forma de distinguir o que pode ser “domado” na língua, e o que não pode, aquilo que pode ser mantido sob as rédeas de um conjunto de regras, ou sob o controle de uma teoria previamente postulada, na qual uma série de dados observados tenha resultado leis que pudessem ser aplicadas àquele novo dado, aquilo que é lógico, ideal, e aquilo que não é exato, que não obedece às regras ou leis, que não é lógico porque não é sistematizado e que não é, por isso, ideal. A poética e a literatura, então, passam a fazer parte desse segundo plano lingüístico, já que pertencem à ordem da metáfora, da conotação, da ambigüidade, do afetivo. Isso é o real da língua e não pode ser apagado.

O real da língua é justamente isso: a impossibilidade de se dizer tudo e de fazer entender tudo. O real da língua é o espaço onde se encontram todos os sentidos, e essa impossibilidade de dizer e interpretar tudo é explicada porque é simplesmente impossível atingir todos os sentidos existentes; é por isso que certos dizeres, aparentemente neutros, lógicos e sensatos, provocam o susto, a dúvida, o espanto e mesmo o riso. É por isso que há a incompletude semântica, a ambigüidade de sentido, a metáfora e, ainda, que todas essas ocorrências não podem ser descartadas como um conjunto de coisas que para nada servem; o mal-entendido, o riso, a ambigüidade, o jogo proposital que pode produzir um efeito de sentido do tipo ‘x’, mas que também pode produzir um efeito do tipo ‘y’ não são meros

acazos - e, muito além disso, constituem-se como ações que modificam as relações entre as pessoas, ações que mostram que um determinado discurso possui determinadas ideologias que tendem a determinados tipos de comportamentos e não a outros.

Quando Gadet & Pêcheux (1984) comentam o discurso de Maïakovski, inserido no contexto político da Revolução Russa de 1917, e dizem que ele *não apenas fala para eles* (as pessoas que representam o povo), *mas com eles*, o trabalho que os próprios autores fazem com as expressões *para eles* e *com eles* não remete apenas a uma simples troca de preposições, mas ao fato de que Maïakovski reproduziu um discurso de aliança aos proletários, um discurso que o fez ser entendido também como um sujeito que fazia parte do conjunto, que pertencia ao conjunto e não se limita à liderança. A compreensão do dizer de Gadet e Pêcheux (2004) é tão singular que ela pode mesmo produzir um outro efeito de sentido diferente daquele a que se faz referência, mas dificilmente se concentrará na compreensão da mera troca de preposições ('para' / 'com').

Enfim, uma distinção importante deve ser feita: o real é o espaço de todos os efeitos de sentido, porém um espaço inalcançável por natureza. As representações que afetam o sujeito são simbólicas; as marcas do real significam enquanto simbolizadas e, então, representadas no imaginário do indivíduo. Portanto, é no imaginário que podem ser construídas as memórias de dizeres, espaço em que se privilegia o efeito de sentido relacionado ao político e ao ideológico no exemplo citado, em detrimento do efeito de sentido formal e aparente.

Enunciação, Língua, Sujeito, Real

A retomada dos estudos semânticos realizados por Michel Bréal e das discussões abertas no *Curso* de Saussure constituíram um passo importante para que caracterizássemos uma posição teórico-metodológica para nosso estudo. Eduardo Guimarães inscreve sua posição em uma linha de filiações em que a definição de enunciação se aproxima da que é apresentada por Benveniste e por Ducrot.

Benveniste em artigo denominado “Aparelho Formal da Enunciação” (1974) formula um conceito de ato enunciativo como uma relação do locutor com a língua. Para ele, o sujeito da linguagem é o sujeito da enunciação. O sujeito, assim, se apropria da língua e a põe em funcionamento.

De acordo com Guimarães (1995, 2002) o problema do tratamento enunciativo de Benveniste está na questão da centralidade do sujeito da enunciação. Embora não se trate de um sujeito psicológico, pragmático, trata-se de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e fazer significar. O tratamento que Guimarães dá à enunciação distancia-se da remissão a um locutor e, então, de uma centralidade do sujeito.

Se, para Ducrot (1984), a enunciação é o “evento do aparecimento de um enunciado”, para Guimarães o sujeito é afetado pelo evento enunciativo e é tomado nele para aí representar uma posição instalada em uma região do interdiscurso (história). O sujeito não é responsável pela enunciação.

Abrindo um diálogo com a AD, temos que, conforme Pêcheux e Orlandi, o interdiscurso é a relação de um discurso, que é o efeito de sentido entre locutores, com outros discursos. Dito de outra forma:

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (Orlandi, 2002: 89-90)

Relativamente ao interdiscurso define-se formação discursiva como as diferentes regiões que:

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.(Orlandi, 2002: 20)

E ao conceber a língua nessa perspectiva discursiva é que nos distanciamos do efeito de transparência e de literalidade e a tomamos (a língua) como espaço de opacidade, de jogo entre efeitos de sentido e, então, da necessidade do equívoco, do sentido “outro” e, enfim, da “necessidade” de um sentido (aparentemente uno)

Assim, ao dizer que o sujeito que enuncia é sujeito enquanto tal porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como memória de sentido (Guimarães, 2000:04), fica claro o fato de que o sujeito não é senhor daquilo que diz, e que o que diz produz uma unidade de sentido que não é senão um efeito do modo de presença de posições do sujeito no acontecimento enunciativo. Isso quer dizer, portanto, que a posição do sujeito, enquanto constituída em uma região do interdiscurso, também é pelo interdiscurso afetada, caracterizando-se por uma dispersão de outras posições de sujeitos, o que implica falar que o dizer de tal sujeito também é caracterizado pela dispersão de discursos diversos.

O quarto elemento, o real, é o espaço em que os vários efeitos de sentido estão instalados. O real é o espaço a que a língua se expõe quando funciona. O enunciar é estar/ser afetado pelo simbólico em um mundo vivido através do simbólico. É assim que os dizeres e os sentidos estão sujeitos ao equívoco, à falha, à ambigüidade e sobre isso os indivíduos não têm controle. O real é a materialidade histórica, é o lugar de funcionamento da língua, embora intocável e impossível de ser atingido, é o lugar de demanda dos sentidos. Entretanto, é impossível que tudo seja dito, e impossível que tudo seja compreendido; e a língua funciona nesse espaço, um espaço em que apenas alguns dizeres e apenas alguns sentidos são ditos e produzidos, seja pela imprevisibilidade de tais dizeres e sentidos, seja pela regulação que sofrem. É no espaço do imaginário que se enuncia, lugar

em que o sujeito faz representações do real e em que são produzidos efeitos de sentido, já regulados, porque outros foram apagados e fazem parte do real.

A Temporalidade do Acontecimento

Ao distanciar-se da posição de Benveniste, segundo quem o tempo da enunciação coincide com o tempo do ato enunciativo, Guimarães diz que não é o sujeito que temporaliza e constitui a partir do “eu” uma linha cronológica. É o acontecimento que temporaliza e o sujeito é tomado por essa temporalidade.

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro, sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.

Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (Guimarães, 2002: 12)

Logo, a temporalidade é própria do presente do acontecimento, e é constituída por um depois que é o espaço dos efeitos de sentido, o espaço da interpretação, em que se reclama a “necessidade de um sentido”, que é a unidade de sentido; e um antes – não lembrança ou reminiscência- mas rememoração de outros dizeres e outros efeitos de sentido. O “antes” e o “depois” constituem, em contrapartida, parte de outras temporalizações, que são, no presente, recortadas. Sem essa configuração, não há acontecimento de linguagem. Guimarães (idem) acrescenta, ainda , que:

Esta caracterização da temporalidade do acontecimento não coincide, portanto, com o tempo do ego que diz eu, que chamo aqui Locutor. A configuração do Locutor no acontecimento é a de que ele é a origem do dizer e assim da temporalidade. Diria que Benveniste limitou-se a tratar desta representação. Deste modo a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor)¹ (p.14).

O Político e sua Representação nos Espaços de Enunciação

A noção de **político** caracterizada por Guimarães (2002) constitui-se como fundamento das relações sociais; *não é o que se fala sobre a igualdade, sobre os direitos, etc.* (p.16), *é a contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos* (idem). O político, então, estabelece uma divisão do real e uma redivisão em que se dá a afirmação de pertencimento dos excluídos. Essa questão nos remete à noção de linguagem como **prática política** e à enunciação sujeita a uma deontologia da língua (divisão de papéis). A divisão do real e a redivisão em que se dá a afirmação de pertencimento são incontornáveis.

O estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessário à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade (Guimarães, 2002:16). Relativamente à afirmação de pertencimento, há um esforço da sociedade no sentido de apagar essa contradição, ora homogeneizando-a (administração, por exemplo), ora agindo de forma repressiva.

¹ A distinção entre Locutor e locutor será discutida em espaço destinado à caracterização da cena enunciativa.

É nesse sentido que o espaço de enunciação interessa-nos enquanto espaço político. O espaço de enunciação é onde se trava a relação entre língua e falante; é aqui que se configura o acontecimento. O espaço de enunciação não pode ser interpretado como uma relação empírica entre línguas e falantes; é um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas também dividido e redividido, desigualmente. O espaço de enunciação, portanto, será sempre regulado por políticas lingüísticas e disputado, no que diz respeito ao uso da palavra, pertencendo essa a um mesmo idioma ou a idiomas diferentes. Assim, é essa regulação e essa disputa que distribuem e (re)dividem os papéis sociais, permitindo ou não o acesso a determinados dizeres, bem como a organização política desses dizeres, em maior ou menor intensidade, daí afirmar que *falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes (...), uma obediência e/ou uma disputa* (Guimarães, idem).

Os espaços de enunciação são constituídos por uma primeira e crucial divisão, em que são determinados os falantes de uma língua. Guimarães estabelece que os falantes são pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. O falante, para Guimarães (2002), já é uma categoria lingüística e enunciativa, afetado por uma divisão desigual porque fala esta língua e não aquela, por exemplo. O falante é uma categoria lingüística e enunciativa porque tem seu direito ao dizer e aos modos de dizer constituídos em lugares também divididos – uma redivisão que se constitui nos espaços de enunciação. Isso também é político.

São as divisões e redivisões que constituem a relação entre língua e falante e que, por assim dizer, constituem os espaços de enunciação que identificam os sujeitos porque:

(...) estar identificado pela divisão da língua é estar destinado por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros. (Guimarães, 2000: 08)

Os falantes são, portanto, tomados por agenciamentos enunciativos afetados pelo político.

A Cena Enunciativa

Se os sujeitos são tomados pelo acontecimento em espaços enunciativos configurados politicamente e se esses espaços já distribuem desigualmente papéis àqueles sujeitos, há modos específicos de acesso à palavra, visto que esses também estão divididos. Isso quer dizer que uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas.

Os lugares enunciativos são configurados na cena e é a partir do agenciamento enunciativo que se define “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala”, que são lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas senhoras de seu dizer. A cena enunciativa é, assim, constituída no seguinte quadro :

Papéis Enunciativos/ Lugares Sociais de Dizer	<ul style="list-style-type: none">• L (Locutor): lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer (concepção semelhante a de “locutor” para Ducrot (1984).• Locutor-x: a variável ‘x’ representa um lugar social que predica o Locutor (L). O locutor-x é L afetado por um lugar social. Só assim L tem direito ao dizer. L existe enquanto locutor-x.
Lugares de Dizer (Enunciador)	<ul style="list-style-type: none">• Enunciador-individual: lugar de dizer em que a enunciação se dá como independente da história pela representação desta individualidade de que pode falar – representação de um lugar como aquele que está acima de todos.• Enunciador-genérico: representado como o apagamento do lugar social. O enunciador fala de um lugar individual, mas o que diz é dito sobre o sentido de repetir um dizer. O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros.• Enunciador-universal: apresenta-se como quem diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos. É um lugar próprio, mas não exclusivo, do discurso científico e está submetido ao regime do verdadeiro e do falso.

Os lugares de dizer de enunciador representam a inexistência dos lugares sociais, pois sempre se apresentam como independentes da história, embora sejam aí caracterizados.

III

A Questão da Referência e da Designação como Espaço de Constituição do Sentido

A Referência

Tomado como centro de estudos desde a Antigüidade o problema da referência tem sido objeto de análise na área da Semântica também atualmente.

Apesar de os estudos sobre tal questão serem bastante antigos, como o que se pode observar nas investigações de Pedro Hispano ainda no século XIII (estudo já datado da Idade Média), em que deu atenção ao que denominou *significatio* e *suppositio*, em uma relação semelhante à que se encontra entre sentido e referência, trataremos da análise de Frege em um de seus artigos mais célebres “Sobre o Sentido e a Referência” (1892). Nesse texto, que foi escrito já no final do século XIX, após muitos anos de esquecimento da distinção proposta por Pedro Hispano, Frege discute a relação entre o sentido e a referência a partir da noção de função matemática; naquele instante, Frege fundou o logicismo, possibilitando um grande progresso às ciências matemáticas e, principalmente, passando a uma nova forma de explicar questões de linguagem – nessa época, ficou marcado também o início de um diálogo intenso entre Lógica e Linguagem.

A análise de Frege parte da concepção de identidade como, por exemplo, em $2+2$ (a) = $3+1$ (b), e entre ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’. O que Frege mostra é que (a)

mantém uma relação de identidade com (b), o que se dá também entre as expressões ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’. Tal relação de identidade é atribuída ao fato de que (a) e (b) possuem um mesmo referente, o resultado dado pelo número 4, mas sentidos diferentes: (a) expresso pela soma de 2 e 2, e (b) expresso pela soma de 3 e 1.

Com relação às expressões ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’, a relação de igualdade, para Frege, é explicada de forma semelhante, já que o referente, para ambas, é um só: o planeta Vênus; os sentidos diferentes, entretanto, seriam explicados pelo fato de que a ‘estrela da manhã’ é a última estrela ao amanhecer e é também a primeira estrela a despontar no céu. Daí a admissão de duas nomeações diferentes.

Para Frege (1892), o objeto produzido pelas expressões matemáticas em (a) e (b) e o pensamento relacionado às expressões ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’ referem a coisas que pertencem à realidade; essa necessidade primeira de correspondência de um sentido a um referente no mundo é que define o que seja ‘referir’ ou ‘fazer referência a’. Nesse sentido, afirmar que $(a)=(b)$ e que a ‘estrela da manhã’ é a ‘estrela da tarde’ só é possível pelo fato de que a referência para (a) e para (b) é única, o que ocorre também com as expressões dadas, cuja referência é Vênus.

Para ambos os casos, o referente é um objeto no mundo e a igualdade só pode ser estabelecida porque o referente para cada um dos sinais ou expressões, segundo a denominação dada por Frege a (a) e (b) e às expressões, pode ser apontado ou apresentado no mundo. Ao dizer que *um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência* (Frege, 1978:66), ou, antes, que *a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos* (p.65), Frege evidencia sua posição no sentido de que a referência para o que ele denomina nomes próprios, então, é o objeto que pode ser apontado no mundo real. Além disso, para Frege, designar e referir compreendem uma única coisa: apontar dado objeto na realidade. Para ele, não há diferença entre designação e referência, trata-se da apresentação de um dado objeto no mundo, o que faz parte de um plano diferente do que compreende o sentido.

Diferentemente, quando Frege investiga o sentido e a referência de sentenças ou proposições completas (aquelas que contêm um pensamento), ele considera que a referência dessas sentenças ou proposições tem a ver com a referência de seus componentes - os nomes próprios- e que a busca do referente desses componentes se faz devido à necessidade, quase sempre existente, de que se conheça o valor de verdade da proposição envolvida. É justamente por isso que Frege diz que o referente de uma proposição é o seu valor de verdade, ao passo que o pensamento expresso pela proposição dada é o sentido da mesma. A respeito disso, o autor acrescenta que:

(...) É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência.

Vimos que a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade.

Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência. (Frege, 1978:69)

Retomando as análises de Frege, Ducrot (1984) preocupou-se em dizer que a relação entre sentido e referente se deve não à existência de um mesmo referente para vários sentidos (como foi o caso das expressões matemáticas apresentadas em (a) e (b) e das expressões lingüísticas ‘estrela da manhã’ e ‘estrela da tarde’), mas que, sobretudo, se deve à especificidade de cada um dos sentidos que são inerentes, ora a (a)=2+2 e ora a (b)=3+1, ou ora à ‘estrela da tarde’ e ora à ‘estrela da manhã’.

A preocupação que Ducrot (1984) mostrou ao falar na importância de cada um dos sentidos que podem estar relacionados a um mesmo referente dados por uma expressão introduz algo que é crucial para os estudos da linguagem: o fato de a referência daquela expressão ser algo constituído lingüisticamente, já que passa pela atribuição de sentido. Isso quer dizer que o referente de uma expressão lingüística pode ser interno à linguagem, sendo também aí construído.

(...) temos, pois, de introduzir, entre a expressão e a coisa que ela refere, o sentido, isto é, o pensamento ligado à expressão: é ele que é responsável pelo fato de a expressão designar a coisa. Sejam estes pensamentos, operações matemáticas ou propriedades empíricas, são eles que permitem que as palavras visem objetos. (Ducrot, 1984:423)

A fala de Ducrot se inscreve na posição que toma o referente da linguagem como algo que não pode ser tratado como objeto por si no mundo, concepção a que se filia a Semântica Histórica da Enunciação. Apesar disso, Guimarães (1995) chama a atenção para o fato de que Ducrot identifica questões ainda nebulosas para o estudo da referência, mas insistindo em *falar de um objeto que se objetiva pela linguagem pelas diversas e diferentes falas, sendo delas distinto* (Guimarães, 1998: 74).

Isso quer dizer, então, que, para Guimarães, apesar de Ducrot discutir o fato de o referente da linguagem não mais poder ser relacionado a um simples objeto no mundo, reconhecendo, sobretudo, que sua significação é constituída no funcionamento da língua, o autor insiste em vê-lo como algo que é distinto da língua.

Assim, segundo Guimarães (1998), o objeto é constituído na linguagem, em um lugar que é atravessado pelas *diversas e diferentes falas*:

Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é de confronto. (Guimarães, 1995: 74)

Logo, pensar em materialidade do objeto como uma materialidade de confronto de falas e de dizeres diversos é o que faz pensar em **designação** como lugar de constituição de sentido, diferentemente da concepção formal que vê em uma expressão lingüística a relação direta com o objeto no mundo, o que tem de ser interpretado como referir ou apresentar o

objeto na realidade. Guimarães, portanto, utilizou uma distinção crucial: entre designar e referir. Quanto a isso:

(...) a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença. (Guimarães, 1995: 74)

É justamente a posição apresentada por Guimarães que permite a inserção da história como ponto decisivo na linha teórica em questão. Analisar a linguagem afetada pelos cruzamentos de discursos, ou falas e dizeres diversos, em uma relação tal em que o sentido só poderá ser produzido nesses cruzamentos, é incluir a história- *é tratar o sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente*. A respeito da significação de história, Guimarães enfatiza a questão de que não pode ser compreendida como elemento da cronologia, tal como o que diz:

Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é essa historicidade. A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo.

(Guimarães, 1995:66)

O Que é Referir e o que é Designar?

A partir do que expusemos anteriormente, podemos estabelecer a diferença entre o que é referir e o que é designar, até mesmo porque é muito comum encontrarmos referir e designar sendo compreendidos como atos sinônimos. Guimarães (2002), ao estudar os procedimentos de nomeação, ressalta que *a referência resulta do sentido do*

nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo (p.42). Ou seja, o conceito de referência, para ele, não tem a ver apenas com a apontamento de um objeto no mundo, em uma relação direta entre o nome na língua e a coisa que nomeia na realidade. Referir, segundo Guimarães, é particularizar um objeto no mundo no espaço de uma enunciação específica.

Nesse sentido, é a designação, enquanto espaço de constituição de sentido de um nome, que faz funcionar a referência. O referente é aquilo que é porque, em um dado acontecimento, recorta-se um memorável e esse, enquanto passado próprio da temporalidade daquele acontecimento, relaciona um nome a um objeto ou a uma pessoa. Com efeito, é o acontecimento que nomeia e refere, ao mobilizar uma temporalidade que lhe é própria.

O que uma determinada expressão refere hoje é o que um processo de nomeação, também enquanto acontecimento, nomeou no passado. O que essa mesma expressão significa em uma dada enunciação é toda sua história de nomeações e referências realizadas, o que é, por sua vez, recortado como passado. É esse funcionamento é que constitui a designação.

IV

Designação e Referência em Expressões que Referem o Presidente Lula

A Reescritura como Dispositivo Analítico

Para tratarmos da relação entre designação e referência, que é o que nos preocupa neste momento, consideramos o que Benveniste (1966) chamou de “movimento integrativo de uma unidade lingüística”, ou seja, este movimento que produz o sentido da unidade, porque a constitui como elemento de uma unidade mais ampla, e não como elemento isolado, em relações segmentais. Entretanto, se na concepção benvenistiana a relação integrativa não vai além dos limites do enunciado, para Guimarães (2002) essa relação toma também o acontecimento e sua temporalidade, e deste modo o texto. É assim que o sentido se constitui.

Os modos de referir se organizam em torno de um nome, enquanto elementos de um texto. Nesse sentido, constituem a designação de um nome, determinando e predicando esse nome. A referência é, assim, construída no espaço em que se dão as predicções, espaço em que se produz a significação do nome.

O processo de reescritura, apresentado por Guimarães (1999 b), funciona em um processo muito freqüentemente tratado como procedimentos de coesão textual, mas distancia-se desse tratamento porque os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome não funcionam como meros elementos de retomada (anáfora e catáfora), repetição e substituição, ou mesmo de elipse do nome em questão. Quando uma forma se dá como correspondente à outra, o *sentido está se fazendo como diferença* e constitui textualidade. Compreender esse processo como “reescrituração” é tomar o mecanismo de substituição, em que parece haver sinonímia ou paráfrase, funcionando, no caso da referência, de forma que o sentido para um modo de referir é sempre diferente de outro. E estes diferentes modos de referir constituem a designação de um nome aos quais estes modos de referir remetem.

Para Guimarães,

A textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia.

(...)

A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente.(...) E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. (Guimarães, 2002: 28).

Para nossa análise, vamos tomar textos de revistas de grande circulação no momento da eleição de Lula como presidente do Brasil. Consideraremos como elemento organizador o nome próprio Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente eleito e com o qual a ele se pode referir. Por outro lado, a ele se pode referir com outros nomes ou expressões, como veremos. E esses modos de referir constroem a designação do nome próprio. Dizer

um ex-torneiro mecânico, o ex-metalúrgico, o imigrante nordestino, o ex-líder metalúrgico, o ex-operário, por exemplo, e, enfim, *o presidente eleito* não funciona apenas como um conjunto de modos de fazer referência ao mesmo indivíduo. Isso acontece, mas a cada modo de referir, a cada reescritura de *Luiz Inácio da Silva*, interpreta-se um sentido diferente e que recorta memoráveis diferentes. Luiz Inácio da Silva é *o imigrante nordestino* e *o ex-líder metalúrgico*, por exemplo, mas essa relação de correspondência se dá justamente na diferença entre ser um e ser outro. Ser *imigrante* e *nordestino* e *ex-líder metalúrgico* recorta memoráveis diferentes e que predicam diferentemente o nome do indivíduo referido, e esse movimento de predicação pelo memorável significa, ao projetar um futuro, o tempo da interpretação em que o reescriturado (*imigrante nordestino* e *ex-líder metalúrgico*) é feito.

Corpus e Objeto de Análise

Nosso objeto específico de análise, como já foi mencionado anteriormente, é o funcionamento de designações que significam pessoa. Particularmente, nos ocuparemos de designações que referem Luiz Inácio da Silva, ou ainda, Luiz Inácio Lula da Silva na época em que foi eleito Presidente da República. Nosso corpus é constituído de designações funcionando em enunciações recorrentes em textos da imprensa escrita de grande circulação. Serão analisadas seqüências de recortes extraídos das revistas *Veja* e *Época*, do final de outubro de 2002, e *Isto É Gente*, do início de novembro de 2002.

Os recortes são apresentados a seguir:

[1] *A chegada de Lula, um ex-torneiro mecânico, ao Palácio do Planalto é resultado de um trabalho político obcecado e disciplinado de duas décadas.*

(*Veja*, 30 de outubro de 2002, p. 37.-)

[2] *O sucesso do **ex-metalúrgico** Luis Inácio Lula da Silva em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República representa mais do que o triunfo da persistência – é a vitória do improvável. O **imigrante nordestino** que desembarcou em São Paulo montado num pau-de-arara chega ao Planalto ostentando não só o mérito de ter vencido a lógica que condenou tantos como ele à exclusão como pode ter virado de cabeça para baixo o script da trajetória política convencional. Lula não conquistou o mais alto posto da hierarquia do país alavancado por triunfos eleitorais.*

(Veja, 30 de outubro de 2002, p. 37. grifo meu)

[3] *O **ex-líder metalúrgico** acabara de trocar o sindicalismo pela política e era um elemento ainda exótico demais na paisagem do poder. (...) Lula tinha, no entanto, três trunfos que o faziam apostar numa votação encorajadora: liderava um partido que representava a grande novidade do cenário político brasileiro, tinha o apoio de trabalhadores, de setores da Igreja progressista e já era então o queridinho de uma ala de intelectuais que incluía nomes como o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o crítico literário e professor Antonio Candido, um dos intelectuais mais reverenciados pela esquerda.*

(Veja, 30 de outubro de 2002, p.37. grifo meu)

[4] *Com sua biografia única de **ex-operário** que chega à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva não é apenas um ineditismo em termos de trajetória pessoal. Sua eleição é também um marco político. Pela primeira vez na história, um partido de esquerda chega ao poder com a missão de comandar os destinos do Brasil.*

(Veja, 30 de outubro de 2002, p. 37. -grifo meu)

[5] *Vitorioso numa campanha histórica, que pela primeira vez coloca em palácio **um candidato de origem operária, líder e fundador de um partido de esquerda**, independente dos esquemas tradicionais de poder no Brasil, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva vai definir seu governo pela capacidade de arrumar a economia e botar o país na rota do desenvolvimento.*

(Época, 28 de outubro de 2002, p.36.- grifo meu)

[6] *ASSEMBLÉIA DE VILA EUCLIDES, 1979: Vinte e três anos depois, o líder dos operários em greve é eleito para mudar o país em vitória histórica.*

(*Época*, 29 de outubro de 2002, p.36. grifo meu)

[7] *Com quase 62% dos votos válidos, Lula alcança a meta perseguida há 13 anos, é o primeiro operário a chegar à Presidência do Brasil e encara agora o desafio de promover desenvolvimento com justiça social.*

(*Isto É Gente*, 4 de novembro de 2002, p. 26- grifo meu).

[8] (...) *Nas 22 páginas seguintes, você acompanhará outros 11 capítulos da intocável trajetória política e pessoal de Lula. E entenderá como e por que o líder sindical, que em 1975 começou a entrar para a história do Brasil, modificou-a profundamente no domingo 27 de outubro ao se tornar o primeiro operário a ser consagrado presidente da República.*

(*Isto É Gente*, 4 de novembro de 2002. - grifo meu)

[9]

Um álbum fotográfico com os maiores momentos da trajetória do ex-líder sindical que vai governar o Brasil.

(...)

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DE METALÚRGICO A PRESIDENTE

(*Isto É Gente*, capa de 4 de novembro de 2002.- grifo meu)

A REVISTA VEJA

Tomemos os quatro primeiro recortes do corpus, relativos à revista *Veja*:

[1] *A chegada de **Lula, um ex-torneiro mecânico**, (...)é resultado de um trabalho político obcecado e disciplinado de duas décadas.*

[2] *O sucesso do **ex-metalúrgico** Luis Inácio Lula da Silva em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República representa mais do que o triunfo da persistência – é a vitória do improvável. **O imigrante nordestino** que desembarcou em São Paulo montado num pau-de-arara (...)*

[3] ***O ex-líder metalúrgico** acabara de trocar o sindicalismo pela política (...)*

[4] *Com sua biografia única de **ex-operário** que chega à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva não é apenas um ineditismo em termos de trajetória pessoal*

Os recortes [1] a [4] constituem as reescrituras de Luiz Inácio da Silva por, respectivamente, *um ex-torneiro mecânico, o ex- metalúrgico, o ex- líder metalúrgico, ex-operário*. Na medida em que estas expressões referem o mesmo que o nome próprio Luiz Inácio da Silva, constituem a designação do nome próprio.

A cena enunciativa do texto em que os recortes se apresentam se configura pela existência de um locutor- jornalista, que é L afetado pelo lugar social que representa sua profissão, locutor esse que é responsável pela enunciação das designações *ex- torneiro mecânico, ex-metalúrgico, ex-líder metalúrgico, ex-operário* que referem um mesmo sujeito: o presidente Luiz Inácio da Silva. L está assim, afetado pelo lugar social de locutor-jornalista autorizado a falar e, sobretudo, autorizado a designar Luiz Inácio da Silva. A enunciação do locutor- jornalista é um dizer representado como individual e se apresenta como estando fora da história. Apesar disso, funciona porque está afetado por ela. O locutor-jornalista está, assim, afetado por posições-sujeito; ele repete dizeres inscritos em formações ideológicas circulantes. Neste caso, o que reproduz significa a necessidade de marcar a condição de ‘torneiro mecânico’, ‘metalúrgico’, ‘líder-metalúrgico’,etc. como condição passada.

Isso quer dizer que a significação do nome Luiz Inácio da Silva vai se constituindo em uma relação com o texto da revista *Veja*, afetado pelo dizer de um locutor- jornalista em um lugar de enunciador individual, que configuram o presente do acontecimento. Esse presente mobiliza uma memória de sentidos que faz funcionar antes as significações de *torneiro mecânico*, *metalúrgico*, *líder metalúrgico* e *operário*, enquanto enunciados a propósito de Lula no decorrer de sua história. Sentidos esses destituídos do funcionamento semântico estabelecido pelo prefixo ‘ex’, já que fica afirmada a condição de alguém que um dia ocupou um determinado cargo em um determinado ramo de atividades. É a afirmação da trajetória da vida pessoal e profissional de Lula que é rememorada. E o locutor-jornalista, afetado pela posição de enunciador individual, embora se apresentando como representante de um lugar de dizer simplesmente, um lugar de dizer exterior à história, está afetado por essas memórias de dizeres, em que estão constituídos os sentidos das designações em questão.

Nesse sentido, o processo de reescrituração que se dá nesses recortes específicos da página 37 da revista *Veja* põe em funcionamento uma relação de substituição que faz que *Lula*, *ex- torneiro mecânico*, *ex-metalúrgico*, *ex-líder metalúrgico*, *ex-operário* sejam tomados em um jogo de designações. E neste caso o presente do acontecimento formula sempre ex-X e coloca o rememorado (um torneiro mecânico, o metalúrgico, o líder metalúrgico, o operário), no passado. É esse jogo que torna possível, ao mesmo tempo, a construção das designações em questão e a significação e identificação do sujeito a que cada expressão refere. Luiz Inácio Lula da Silva é o Presidente da República, mas também é ‘um torneiro mecânico’, ‘o metalúrgico’, ‘o líder metalúrgico’ e ‘o operário’.

O que é feito pela formulação ex-X, ou seja, o fato de Lula ter sido torneiro mecânico, metalúrgico, líder metalúrgico e operário também fica significado pelo uso de um artigo indefinido (*um ex-torneiro mecânico*) em [1] e de três artigos definidos (*o ex-metalúrgico*, *o ex-líder metalúrgico* e *o ex-operário*) em [2], [3] e [4]. Dizer *um ex-torneiro mecânico* é um modo de referir Luiz Inácio Lula da Silva como mais um representante daquela classe de trabalhadores – um em um conjunto. Ao reescrever Lula, *um (ex-)*

torneiro mecânico é, naquele acontecimento, posto em uma relação de correspondência com o nome popular. A condição X, rememorada no presente do acontecimento, é destacada porque é redita no texto por uma outra, a condição atual de Presidente da República, que é, por sua vez, *resultado de um trabalho político obcecado e disciplinado de duas décadas*. E é esse *trabalho político obcecado e disciplinado* que, no dizer do locutor-jornalista, significa *Lula, um ex-torneiro mecânico*, o mesmo Lula presidente. É esse *trabalho*, rememorado como ponto relevante para a relação que é estabelecida no dizer do locutor-jornalista, que faz reescrever *um ex-torneiro mecânico*, indivíduo indefinido em um conjunto, por *Presidente da República*.

Ex-metalúrgico em [2] e *ex-líder metalúrgico* em [4] trazem, por outro lado a definitivização do modo de referir Luiz Inácio Lula da Silva. Esse já não é ‘um’ em um conjunto; é ‘o’ trabalhador cuja significação já está afetada pelo que o presente do acontecimento diz. É o *metalúrgico*, cujo modo de referir definido é mobilizado pelo funcionamento da designação em [1]. Em [1] ‘Presidente da República’ é modo de redizer Luiz Inácio Lula da Silva, reescrevendo *um ex-torneiro mecânico* (profissão primeira); em [2], o *metalúrgico*, condição também afirmada pela formulação ex-X, rediz ‘Presidente da República’ na medida em que esse está redizendo *um ex-torneiro mecânico*. A designação ‘Presidente’ reescreve *um ex-torneiro mecânico* e é, por sua vez, redita por o *metalúrgico* *Luiz Inácio da Silva*, já identificado em [1] e, agora definido pelo artigo ‘o’.

Embora o funcionamento dos modos de referir se dê de forma semelhante ao que acontece em mecanismos coesivos de substituição, não entendemos que haja mera correspondência entre eles. O funcionamento das designações e do recorte de uma temporalidade específica de cada acontecimento permite significar essa correspondência na relação integrativa, mas mostra, sobretudo, que o sentido se faz como diferença. *Um ex-metalúrgico* diz algo que *um ex-torneiro mecânico* não diz e *presidente* diz algo que as designações anteriores não dizem. Naquele acontecimento tais expressões predicam Lula e é ao passo que o texto é construído que a diferença fica ressaltada.

Enfim, dizer *o ex-líder metalúrgico* em [3] rememora um passado do acontecimento em que se constitui com o nome Luiz Inácio da Silva uma relação com um indivíduo já conhecido e já apresentado no dizer do locutor-jornalista. Esse conhecimento começou a ser construído em [1] e o que se tem agora é a reescritura de *um ex-torneiro mecânico* e de *o ex-metalúrgico* por *o ex-líder metalúrgico*, de forma que há a ilusão de que é o texto, enquanto linearidade, que dita a relação de correspondência entre aquelas expressões, e, assim sendo, permite o uso do artigo definido em [2] e em [3] por retomarem um referente que já é de conhecimento do interlocutor e que, em [1] ainda não o era. Além da relação textual que opera no acontecimento em questão, o funcionamento de memórias de dizer nas seqüências de recortes identifica Lula e um percurso de vida, desde o momento de improvável reconhecimento, em que é significado com mais um torneiro mecânico inserido em uma classe, até o momento em que esse reconhecimento se efetiva de fato.

Em [4], espaço em que não há nem a indefinição (por um artigo definido) e nem a definição (por um artigo definido) da expressão designada, Lula é *ex-operário*, e assim o que há é uma generalização dos cargos profissionais já ditos. Ser (*ex-*) *operário*, rediz, naquele acontecimento, o que foi referido em [1], [2] e [3], para ser redito por Presidente da República, que é a designação que é construída na seqüência do texto e o que realmente importa no dizer do locutor-jornalista

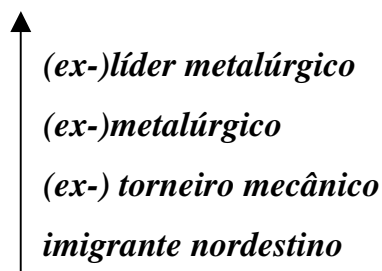
Retomando a questão do apagamento do prefixo ‘ex’, que ocorre em pelo menos quatro das designações tomadas, para as formulações *ex-X*, nesses primeiros recortes, vemos que isso é produzido justamente pela memória de sentidos que diz Luiz Inácio da Silva, sujeito que *desde os 15 anos entrou na vida sindical (...) como aprendiz de torneiro mecânico*, e que, posteriormente, *foi eleito duas vezes presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e liderou as greves do ABC*.

É a memória de sentidos que reconstitui a trajetória de vida pessoal e profissional de Lula que é representada no presente do acontecimento, em que aquelas designações são construídas. E ao passo que essas designações se constróem como reescrituras umas das outras e também do nome popular *Lula*, fazem interpretar algo como diferente de si.

A reescrituração de Lula por *ex- torneiro mecânico* recorta a significação do que ser ‘torneiro mecânico’ representou para um garoto de 15 anos em meados da década de 60 (as dificuldades e a necessidade de trabalhar ainda na adolescência, e o início da maturidade). A reescritura de *Lula* e de *ex- torneiro mecânico* por *ex-metalúrgico* recorta, por sua vez, o sentido de ter sido metalúrgico, o que fica significado pelo funcionamento da formulação *ex-X*. *(Ex-) metalúrgico* recorta lugares diferentes do que é recortado por *Lula* e por *(ex-) torneiro mecânico*, mas estão em uma relação com o mesmo sujeito referido e, por assim dizer, o identificam socialmente. Ser metalúrgico recorta a passagem para uma condição profissional e social mais definida, pois embora Lula já tivesse registro em carteira profissional aos 15 anos, o tinha como aprendiz.

A reescrituração de Lula, *ex-torneiro mecânico* e *ex-metalúrgico*, enfim, é fechada pela designação *ex-líder metalúrgico*. Lula é, no recorte [4] o *ex-líder metalúrgico que acabara de trocar o sindicalismo pela política*. A significação recortada ainda diz respeito à trajetória de vida profissional de Lula, agora relacionada à participação ativa em um sindicato, e o movimento de sentidos que constitui na relação com os outros dizeres e sentidos rememorados conclui a representação de um espaço dividido e hierarquizado de atividades profissionais, tal como representamos a seguir (a seta indica a direção do menos para o mais):

(1)



A relação de hierarquia se constitui porque mobiliza um memorável que representa a divisão hierarquizada de poder. Essa relação se intensifica em [4] no dizer de *ex-operário*

que chega à Presidência da República, em que a designação *ex-operário* também, pelo recorte que faz de uma memória de sentidos, rediz ‘operário’.

Nesse movimento, ‘operário’ está em uma relação com o sujeito *que chega à Presidência da República porque reescreve (ex-) torneiro mecânico e (ex-) líder metalúrgico*, resignificando essas designações, generalizando-as ao redizer Lula por ‘trabalhador’. Dizer operário é, naquele acontecimento, dizer ‘torneiro mecânico’ e também dizer ‘líder metalúrgico’ e é esse funcionamento semântico que constitui, então, a relação com *ex-operário que chega à Presidência da República*, à medida que refere o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva. Deste modo, em [4], a representação de um espaço dividido e hierarquizado (política do dizer) se apresenta, na verdade, assim:

(2)

↑ ***Presidente da República***
(ex-)operário/ trabalhador
(ex-)líder metalúrgico
(ex-)metalúrgico
(ex-) torneiro mecânico
imigrante nordestino

Pode-se, então dizer que o nome próprio Luiz Inácio Lula da Silva é nestes textos de *Veja* determinado pelos nomes acima e segundo esta hierarquia. Longe de estar colado ao real, o que fica significado é que o presente do acontecimento em que os recortes [1] a [4] se constituem, constrói uma relação em que ser ‘líder sindical’ é posto como mais importante quer ser ‘imigrante’ ou ‘(ex-) torneiro mecânico’ para ser ‘presidente’.

Nesse espaço, embora o jogo parafrástico construído naquele acontecimento, pelas seqüências de recortes, opere no sentido de homogeneizar as designações em questão, estabelecendo pontos de identificação entre elas, o sentido se faz como diferença. Aquele

referido por *imigrante* (origem) é também referido por *ex-torneiro mecânico*, *ex-metalúrgico*, *ex-líder metalúrgico* e, sendo assim, *ex-operário*, e por Presidente da República. Essa relação de correspondência entre essas referências constitui designações relacionadas porque há uma relação anterior entre as designações e a referência. Estes diversos modos de referir produzem, pela construção da designação, a identificação do sujeito referido e a afirmação, como parte dessa identificação, de sua trajetória de vida pessoal e, sobretudo, da ascensão por que Lula passou.

Isso aponta para o fato de que pela Lingüística Textual o uso dos vários modos de referir poderia ser pensado como uma relação de sinonímia nas seqüências de recortes, um processo em que uma expressão funcionaria em substituição a outra. Há sim essa relação de correspondência, que a cada vez diz também outra coisa, e é uma relação que é construída no texto pelo acontecimento e por sua temporalidade. Isso se constitui ao mobilizar memórias de dizer e de sentido e fazer significar (futuridade) a designação por recortar esse passado e mobilizar essas relações juntamente com o que as outras designações significam.

As formulações ‘ex-X’ colocam o rememorado no passado, ao mesmo tempo em que mantêm a condição ser X. E é essa condição que identifica Luiz Inácio Lula da Silva naquele acontecimento: *um ex-torneiro mecânico, o (ex-) metalúrgico e o (ex)líder sindical* – e, então, *operário*, que foi eleito Presidente.

A REVISTA ÉPOCA

Passemos agora aos recortes de *Época*, que como veremos trazem uma diferença importante no modo de reescrever o nome próprio do presidente.

[5] *Vitorioso numa campanha histórica, que pela primeira vez coloca em palácio um candidato de origem operária, líder e fundador de um partido de esquerda, (...)*

[6] ASSEMBLÉIA DE VILA EUCLIDES, 1979: *Vinte e três anos depois, o líder dos operários em greve é eleito para mudar o país em vitória histórica.*

Os recortes [5] e [6] constituem funcionamentos mais ou menos similares ao que se descreveu para as enunciações [1] a [4], no que se refere ao funcionamento do acontecimento e da mobilização de memórias de dizeres e de sentidos. Ao referir Luiz Inácio da Silva por *candidato de origem operária, líder e fundador de um partido de esquerda*, em [5], e *líder dos operários em greve*, em [6], rememora-se o que é ser operário e líder sindical para predicar e designar Lula por *presidente eleito*. Ainda que essa expressão tenha sido enunciada já em [5], o movimento de reescrituração da mesma por *líder dos operários em greve* desloca como latência de futuro uma (re)organização em que se estabelece novamente uma hierarquia de poderes e a leitura feita é de que *operário* e *líder sindical* estão em um jogo anterior à relação dessas designações e *presidente eleito*.

Em [6] Lula é identificado também por sua participação ativa a ponto de liderar a primeira greve do Sindicato dos Metalúrgicos após um período de dez anos sem paralisações. Essa identificação também faz significar Lula como *presidente*.

Um aspecto importante aqui, na relação com a revista *Veja*, é que as reescriturações do nome próprio se fazem por nomes e expressões referenciais que não incluem a prefixação “*ex*”. Lula não é referido por *o ex-operário*, por exemplo, mas por *o operário*. Ou seja, se no plano veritativo isto poderia trazer problema, não é isto que ocorre efetivamente, até porque as referências são igualmente bem sucedidas. O que ocorre é que numa e noutra revista o que se constrói como designação do nome próprio é diferente. Aqui o Nome *Luiz Inácio Lula da Silva* é determinado por *candidato de origem operária, fundador de um partido de esquerda, líder dos operários em greve, líder sindical, operário e presidente eleito*. Ou seja o nome próprio designa algo que é presidente e tudo o mais que se designa pelas expressões anteriores: ele não deixou de ser operário ou líder sindical, por exemplo. Ele é um ‘operário’, etc., que é presidente.

A REVISTA *ISTO É GENTE*

Neste caso podemos ver, ainda, uma outra construção da designação. Em [7] e [8] o que chama a atenção é referir Lula por *o primeiro operário a chegar à Presidência do Brasil*. Este modo de referir se constitui mais como um predicativo. [7] e [8], na verdade, antecipam a análise da capa da revista *Isto É Gente*, de 4 de novembro de 2002. O processo de identificação de Lula também é atravessado pela afirmação de sua trajetória pessoal, porque recorta uma memória de sentidos que predica Luiz Inácio da Silva por ‘operário’ e por ‘líder sindical’, sem sequer significar essas predicções pelo funcionamento do prefixo ‘ex’.

Ao lado disso, há uma operação enunciativa que marca a relevância do fato de Lula ter-se tornado Presidente da República porque “é” *o primeiro operário a chegar à Presidência da República* [7], *o primeiro operário a ser consagrado Presidente da República* [8]. A identificação do sujeito se constitui por esses modos de referir e são eles que afetam as relações que se produzem nos recortes enunciativos que configuram a capa da revista.

Este modo de referir determina Lula como primeiro operário a alcançar tal grau de “reconhecimento”. Assim, Lula passa a significar um vencedor especial, até hoje inigualável.

Retomemos, neste momento, os enunciados constantes da capa da revista *Isto É Gente*.

[9]

Um álbum fotográfico com os maiores momentos da trajetória do ex-líder sindical que vai governar o Brasil.

(...)

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DE METALÚRGICO A PRESIDENTE

Em (9) encontramos uma referência a Lula por *o ex-líder sindical*. No título da capa vê-se a referência feita pelo nome próprio acompanhado de um enunciado narrativo, “de metalúrgico a Presidente”. Neste enunciado narrativo, *metalúrgico* e *presidente* não aparecem em expressões referenciais, como nos casos anteriores, mas como expressões descritivas e neste sentido predicativas.

Deste modo, o nome Luiz Inácio Lula da Silva aparece determinado por *ex-líder sindical*, de um lado, e por *metalúrgico* e *presidente*, de outro. Ou seja, com *(o) ex-líder sindical* faz-se uma referência a Lula, tal como com *Luiz Inácio Lula da Silva*; por outro lado, com *metalúrgico* e *presidente* se predica Lula.

Ao mesmo tempo em que *Luiz Inácio Lula da Silva* reescreve *Gente* do título do número da revista. *Gente* é também reescriturado por *ex-líder sindical*. A reescrituração de *Gente* (no sintagma que nomeia a revista) por *ex-líder sindical*, e a predicação de Luiz Inácio Lula da Silva por *metalúrgico* e *presidente* organiza o que estes nomes designam naquele acontecimento em um espaço de hierarquia de poderes, representado por:

↑
“*Gente*”
Presidente
Ex-líder sindical
Metalúrgico

- Há um jogo designativo entre o nome próprio e as palavras *metalúrgico* e *ex - líder sindical*, jogo esse que movimenta a construção das designações e a própria significação do sujeito. Isso também foi observado nas análises anteriores.
- Fica afirmada uma relação de hierarquia, como já apontamos, que se estabelece ao predicar Lula por *metalúrgico*, designação essa reescriturada também por *ex – líder sindical* no acontecimento enunciativo em questão, e por *presidente*.

A palavra *metalúrgico* aparece na capa da revista, aqui utilizada como corpus, como título dessa capa. Ao lado da palavra *presidente*, faz compreender um percurso, tal como no caso da revista *Veja*, de vida do indivíduo Luiz Inácio da Silva, o que é marcado pelo funcionamento das preposições “de” e “a” que iniciam o enunciado e articulam seus termos. Todo o texto da capa é assim um modo de significar o que *metalúrgico* e também *presidente* dizem. Na medida em que o texto da capa é tomado por uma tipologia da revista, pré-existente, e que dirige o processo de produzir as matérias. Deste ponto de vista há um locutor-editor que seleciona o que pode ou não ser matéria da revista e, antes, ser título da capa da revista: no acontecimento presente, enfatizou-se não “um metalúrgico”, “um ex-líder sindical”, mas *o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva*, que havia se tornado, há uma semana, *Presidente da República*. É enquanto tal que ele é Gente para a Revista.

Em outras palavras, nesta cena enunciativa, o texto em questão se dá em um acontecimento que recorta um memorável específico: o de que a revista tem um espaço dedicado a determinadas pessoas e não a outras (questão política): é neste momento que *metalúrgico* e *ex-líder sindical* reescreveram “*Gente*”, em *Isto É Gente*, mas apenas porque estão em uma relação de correspondência com *presidente*. Ou seja, *metalúrgico* e *ex-líder sindical* são, por sua vez, resignificadas por *presidente*.

Isso quer dizer que a designação de Luiz Inácio Lula da Silva se dá na revista *Isto É Gente*, pelo movimento de sentidos que há entre ser *metalúrgico*, *ex-líder sindical*, mas ser *presidente*. As designações *metalúrgico* e *ex-líder sindical*, ao mesmo tempo se reescreveram e constituem palavras sinônimas que referem um sujeito. Mas também trazem

como memorável *metalúrgico e ex-líder sindical* como posições ditas inferiores na escala de hierarquia de poder.

Além disso, no movimento em que são reescrituradas por *presidente, metalúrgico e ex-líder sindical* mobilizam também uma memória de sentidos que mais do que significá-las como posições inferiores na escala de hierarquia de poder representa uma posição-sujeito em que fica significado um contraste grande entre ser *metalúrgico* ou *líder sindical* e, nessa condição, vir a tornar-se *presidente* de Estado.

Dito de outra forma, o movimento em que *presidente* reescritura *metalúrgico e ex-líder sindical* é constituído por relações de poder, de forma que ser *presidente* constituiu condição para que o sujeito Luiz Inácio Lula da Silva fosse assunto central daquela edição da revista, aliás, uma edição histórica.

A questão **política** que constitui esse acontecimento é movimentada justamente pela necessidade de afirmação da trajetória de vida de Luiz Inácio da Silva, significada tanto por ser *metalúrgico*, reescriturado por *líder sindical*, e esse já no funcionamento do morfema *ex* (aquele que já não é) e do que significa ser *presidente* – aliás, é ser *presidente* que permite que a revista signifique *o metalúrgico e o ex-líder sindical*. Essa afirmação se constitui em um espaço hierarquizado de poder, dividindo desigualmente o que fica significado ao dizer *metalúrgico, ex-líder sindical e presidente*.

Vimos, então, que o que o acontecimento presente toma como seu passado é que a revista fala sobre *gente*, não que ela reflete sobre a questão *gente* – isso também é pré-existente. E se a capa da revista, enquanto texto uno constitui designações para Luiz Inácio Lula da Silva, ela o predica como sujeito e, então, como *Gente*.

Deste modo, *metalúrgico, ex-líder sindical e presidente* determinam Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, o que se significa, enquanto presente do acontecimento, por *Luiz Inácio Lula da Silva*, pelo locutor- editor, traz o sentido de algo que, enunciado numa outra cena pelo locutor-jornalista, inclui também as significações *metalúrgico e ex-líder sindical*.

Temos, ainda, a referência de um sujeito por seu nome próprio Luiz Inácio Lula da Silva acrescido de seu nome popular (Lula), ou pelos sintagmas *ex-líder sindical* e *metalúrgico*, que o reescrevem. Na capa, que em nossa análise, é tomada como texto, o processo de reescritura faz funcionar uma relação de substituição que faz *Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical e metalúrgico* se darem como paráfrases um do outro, na medida em que tudo o que se atribui no texto a *ex-líder sindical* e a *metalúrgico* predica *Luiz Inácio Lula da Silva*.

Tomemos, abaixo, um dos enunciados em [9]:

Um álbum fotográfico com os maiores momentos da trajetória do ex-líder sindical que vai governar o Brasil. (grifo meu)

Neste recorte, que indica o sub-tema da principal matéria que será apresentada na revista, *o ex- líder sindical que vai governar o Brasil* reescritura o enunciado que intitula a capa da revista, e assim especifica qual é a trajetória de vida que é pressuposta no enunciado-título. Diz que essa trajetória é representada por um crescimento pessoal e profissional que se iniciou em uma posição social mais baixa. Por outro lado, o contraste que se tem entre *ex-líder sindical que vai governar o Brasil e metalúrgico e presidente* significa *Luiz Inácio Lula da Silva* e seu crescimento pessoal e profissional justamente para afirmar essa ascensão em uma escala social e chamar a atenção para o fato de que um *metalúrgico* e um (*ex-*) *líder sindical* ser *agora presidente*. O prefixo ‘ex’, como já vimos, marca não a negação de uma condição, mas sim a afirma.

Enquanto reescritura de *Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical e metalúrgico* movimentam sentidos como: a sociedade está revendo seus valores, é alguém que pertence à camada popular que vai governar o país, os interesses sociais realmente serão atendidos, etc., por exemplo, ou sentidos como: posição social inferior, ausência de instrução, falta de preparo para assumir o cargo de presidente. Dizer *metalúrgico* e trazer para o acontecimento uma memória de preocupação com reivindicações sindicais a ponto de ter-se

tornado líder de um sindicato e de movimentos é parâmetro para questionar a assunção ao cargo de chefe de Estado. Ao mesmo tempo em que se sustenta Luiz Inácio Lula da Silva como presidente que, enquanto tal, inclui ser metalúrgico e ser (ex-) líder sindical, há uma operação enunciativa que contrasta essas duas significações. E na medida em que a oposição entre *presidente* e *metalúrgico* e *ex-líder sindical* funciona, ser significado por essas duas últimas pode constituir o questionamento relativo à ocupação da posição em questão. Aqui funciona a memória do espaço das relações de poder, e do distanciamento entre camadas sociais distintas. Por outro lado, essa descrição sobre o que diz ser *metalúrgico* e *ex- líder sindical* é parte de ser *presidente* enquanto parte de Luiz Inácio Lula da Silva . O efeito de conservadorismo em relação à ascensão naquele espaço hierarquizado é parte da identificação de Lula como sujeito naquele acontecimento.

Considerações Finais

Diante do que mostramos, há pelo menos três questões que devem ser ressaltadas: a identificação social do presidente Luiz Inácio da Silva a partir das diferenças entre as revistas *Veja*, *Época* e *Isto É Gente*; a presença constante de um passado que insiste em se repetir e que também significa enquanto parte da identificação de Lula; o significado dessa identificação no que se refere às formações ideológicas que circulam e que afetam o real da língua.

Quando analisamos as reescrituras nas seqüências de recortes, pudemos tomar como objeto de reflexão o recorte da temporalidade dos acontecimentos enunciativos em questão. Esse instrumento de análise permitiu-nos percorrer os textos e perceber que na medida em que os modos de referir se refaziam, era a diferença que ficava ressaltada. Lula foi referido por *um ex-torneiro mecânico*, por *o ex-metalúrgico*, *o ex-líder metalúrgico* e por *ex-operário* nos recortes [1] a [4], mas dizer (*ex-*) *operário* significa algo que não está constituído em *o ex-líder metalúrgico*, em *o ex-metalúrgico* ou em *um ex-torneiro mecânico* e esse “dizer algo mais” mobiliza recortes de memória que se configuram como passado do acontecimento, e uma futuridade que faz funcionar a identificação do que referem.

Nos recortes [1] a [4], em que funcionam as formulações *ex-X*, vimos que os vários modos de referir predicam, por atribuir uma característica, e determinam o nome Luiz Inácio da Silva e, nessa medida, identificam socialmente esse sujeito. Lula é, assim, identificado por designações que funcionam de forma que o rememorado é sempre colocado no passado. Isso quer dizer que, apesar de a formulação *ex-X* mobilizar o significado de X para redizer essa condição (‘um torneiro mecânico’, ‘um metalúrgico’,

‘líder metalúrgico’ e ‘operário’), tal predicação é posta como passada, o que é produzido pelo funcionamento do morfema ‘ex’. Por outro lado, a formulação ex-X já nos aponta a presença do passado na identificação social de Luiz Inácio da Silva, ao reorganizar a história de sua trajetória de vida pessoal e, sobretudo, profissional como elemento dessa identificação. Cada uma das designações que funcionam nas seqüências de recortes de [1] a [4] constituem-se como diferentes porque recortam memoráveis diferentes, mas, ao mesmo tempo, fica estabelecida uma relação de correspondência entre elas porque a referência construída em torno do nome que designam é única.

Nos recortes [5] e [6], em que não há o funcionamento da formulação ex-X, Luiz Inácio da Silva é significado por *um candidato de origem operária, líder e fundador de um partido de esquerda, o presidente eleito* e *o líder dos operários em greve*. As características atribuídas a Lula em [5] e [6] não colocam o rememorado daquelas enunciações no passado. Sendo assim, *o presidente eleito* reescreve *um candidato de origem operária, líder e fundador de um partido de esquerda* e essas duas designações são reescrituradas por *o líder dos operários em greve*. É a condição de líder dos operários que mobiliza o sentido de participação ativa a ponto de organizar uma das grandes greves do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Paulo e que, por sua vez, faz funcionar a significação ‘ser presidente eleito’. Ainda, nessas duas seqüências, Lula é *o presidente eleito*, mas também é *o operário, fundador de um partido de esquerda* e *o líder dos operários*. Assim, Luiz Inácio da Silva designa algo que é presidente e tudo o que mais se designa pelas demais expressões. Luiz Inácio da Silva é o ‘presidente’ que também é ‘operário’, etc.. Também em [5] e [6] a história da trajetória de vida pessoal e profissional é repetida e refeita a cada designação.

Por sua vez, nas seqüências de recortes [7] e [8] Lula é referido por *o primeiro operário a chegar à Presidência da República* e por *o primeiro operário a ser consagrado Presidente da República*. Tais modos de referir determinam Lula como alguém especial, um vencedor por ter conseguido alcançar tal grau de reconhecimento: ser eleito Presidente da República. É assim que Lula é identificado em [7] e em [8].

A seqüência [9], caracterizada pelos enunciados da capa de *Isto É Gente*, está organizada a partir das relações de referência e designação que se estabelecem em [7] e em [8]. Em [9], o enunciado narrativo que é título da capa daquela edição da revista predica Lula com *metalúrgico* e *presidente* e também, por assim dizer, faz funcionar um memorável que representa o que Lula foi – seu passado. Temos, em [9], *presidente* que reescritura *ex-líder sindical* e *metalúrgico*. E é no funcionamento dessa correspondência, que o sentido se faz diferente e que também há a reescritura por *Gente* para a revista. É enquanto Presidente da República que Luiz Inácio da Silva é *Gente* para a revista.

Percebemos, então, que há uma diferença crucial nas identificações de Luiz Inácio da Silva que são produzidas em cada uma das revistas. Em *Veja* identificou-se Lula com designações que funcionavam de forma que o rememorado era colocado no passado; embora isso não seja apagado, é na medida em que se diz ex-X que se diz Lula presidente. Em *Época*, Lula é o sujeito que se destaca pela condição de origem e pela participação ativa no que se refere aos interesses de uma classe social. Enfim, o que *Isto É Gente* predica a Luiz Inácio da Silva é reescrito pela significação de *Gente* para a revista. *Gente* reescreve *presidente* e é nesta medida que Luiz Inácio da Silva é assim significado para a revista. Por outro lado, *Isto É Gente* o identifica, mais que as outras revistas, como um vencedor.

Fato é que as seqüências recortadas constituem em *Veja*, *Época* e *Isto É Gente* a insistência em redizer um passado e em marcar uma história de vida, questões essas mobilizadas quando refletimos sobre os acontecimentos e suas temporalidades. É neste instante que se constitui a hierarquia de poder, ela funciona, ainda que de diferentes modos, para os três conjuntos de seqüências.

E, se a análise, em princípio, faz entender uma colagem do real (realidade) no sentido de que há um histórico de ascensão social, o que ocorre, na verdade é que não há necessariamente uma hierarquia que diz que “A mais que B”, por exemplo. Mas a forma como os textos, principalmente nas seqüências de *Veja* e na capa de *Isto É Gente*, apresenta essa questão, significa que, naquele acontecimento enunciativo, ser ‘líder sindical’ ou ser ‘metalúrgico’ é mais importante que ser ‘imigrante nordestino’ para dizer *Presidente da*

República. Lula é, assim, identificado por essa hierarquia que se organiza no funcionamento do acontecimento enunciativo.

Finalmente, a questão da hierarquia põe-nos o seguinte questionamento: a identificação social que é constituída em cada uma das revistas está afetada por uma memória de dizeres que condena a condição de Lula no passado relativamente ao fato de ele ter-se tornado presidente? Dizer *um torneiro mecânico*, *o ex-líder metalúrgico* ou *ex-operário*, tal como refere a revista *Veja*, ou, então, predicar Lula como sujeito que passa da condição de *metalúrgico* a de *presidente*, tal como na capa de *Isto É Gente* significa a não legitimidade de Lula para o cargo que ocupa?

Sabemos que o real da língua é afetado por formações discursivas que contestam essa legitimidade e o que precisamos analisar é se isso funciona naquelas seqüências tomadas e, nesse caso, se é esse funcionamento- de formações discursivas determinadas- que faz constituir uma hierarquia de poder que se organiza em torno do que identifica Lula naqueles textos.

Essas são questões que surgiram ao longo de nosso trabalho e que reclamam resposta. Esperamos, a partir de uma análise mais ampla, poder avançar nestas conclusões de um modo sustentado em procedimentos de descrição e análise.

Referências Bibliográficas

- ALSTON, W. P. (1964). *Filosofia da Linguagem – Curso Moderno de Filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed., 1972.
- BOSREDON, B.(1999). “Modos de ver, modos de dizer – Titulação da Pintura e Discursividade”. In *Rua 5*.Campinas, SP: Nudecri, Unicamp.
- BRÉAL, M.(1897).*Ensaio de Semântica*. Campinas, Pontes/Educ, 1992.
- DIAS, L. F. (1996). *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- DUCROT, O.(1972). *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo, SP: Cultrix, 1977.
- _____. (1984) *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1988.
- _____. “Referente”.(1984). In *Enciclopédia Einaudi –Linguagem-Enunciação*. Vol. 2. Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- FREGE, G (1892). “Sobre o Sentido e a Referência”.In *Lógica e Filosofia da Linguagem: seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado*. São Paulo, SP: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M (1984) *La Lengua de Nunca Acabar*. Trad. Beatriz Job. Fondo de Cultura: Ciudad del Mexico.

GUIMARÃES, E.(1991a).“Os Sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil”.
In *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Eduardo Guimarães & Eni P. Orlandi
(orgs.). Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____.(1991b).“Os Sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil”. In
Língua e Cidadania: O Português no Brasil. Eduardo Guimarães & Eni P. Orlandi
(orgs.). Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____.(1995) *Os Limites do Sentido*. Campinas, SP: Pontes.

_____. (1999b) “Textualidade e Enunciação”. In *Escritos*, 2. Campinas:Labeurb,
Unicamp.

_____.(2000b) “Sentido e Acontecimento: Um Estudo do Nome Próprio de
Pessoa”. In Revista *Gragoatá*, UFF: 2000.

_____.(2001). “Um Mapa e Suas Ruas”. In *Cidade Atravessada*. Campinas, SP:
Pontes.

_____.(2002). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da
designação*. Campinas, SP: Pontes.

HENRY, P. (1977) “A Lingüística no Campo e Fora do Campo da Complementaridade”. In
A Ferramenta Imperfeita. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LYONS, J. (1997). *Semantics*. Cambridge University Press.

ORLANDI, E. P.(1992). *As Formas do Silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

_____. (2002). “Em torno da identidade e do preconceito”. In *Línguas e
Instrumentos Lingüísticos: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez.

PÊCHEUX, M.(1975) *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp,1992.

RANCIÈRE, J.(1992). *Os Nomes da História*.Campinas, Pontes, 1994.

SEARLE, J. (1969). Os Atos de Fala- Um Ensaio de Filosofia da Linguagem. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SAUSSURE, F.(1916) *Curso de Lingüística Geral*.São Paulo, SP: Editora Cultrix, s/d.

SILVA, S. M.”A Argumentação e *Inclusão* na Prática Política de Linguagem: A Questão do Ensino”. (mimeo).

_____. *Argumentação e Interdiscursividade : o sentido do como se na lei e na jurisprudência- o caso do concubinato*. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 1999.